

DISCIPLINA: ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Professoras: Edair Gorski e Raquel Meister Ko. Freitag

Ementa: Relações entre a língua(gem), conhecimento, cultura e sociedade e a formação da cidadania. Competências lingüística e sociocomunicativa. Habilidades de escuta, fala, leitura e escritura. Letramento. Linguagem e interdisciplinaridade.

Sumário

Apresentação	2
Introduzindo a disciplina: Por que aprender uma língua que já sabemos?.....	4
UNIDADE I: Língua, cultura e sociedade.....	6
Tópico 1: <i>O que é uma língua materna?</i>	6
Tópico 2: <i>Identidade, cidadania e Libras</i>	13
UNIDADE II: Pressupostos teóricos para o ensino de língua materna.....	15
Tópico 3: <i>Concepções de linguagem e de língua</i>	15
Tópico 4: <i>O contínuo escuta > fala > leitura > escritura</i>	20
Tópico 5: <i>Letramento e alfabetização</i>	22
Tópico 6: <i>Diversidade e heterogeneidade - o papel da escola</i>	26
UNIDADE III: A escola e o aprimoramento de habilidades.....	33
Tópico 7: <i>Habilidades lingüísticas</i>	33
Tópico 8: <i>Os PCNs e o ensino de língua materna</i>	39
Tópico 9: <i>A prática pedagógica</i>	45
Fechando a disciplina	56

Apresentação

Queridos alunos!

Queremos apresentar para vocês o material que vamos utilizar na disciplina de Ensino da Língua Materna. Nossa proposta é que reflitamos, juntos, sobre as seguintes questões gerais:

- as relações travadas entre a língua(gem), conhecimento, cultura e sociedade e a formação da cidadania;
- diversidade lingüística;
- as competências lingüística e sociocomunicativa;
- as habilidades de escuta, fala, leitura e escrita;
- alfabetização e letramento;
- linguagem e interdisciplinaridade.

Imaginamos que nosso assunto não seja totalmente novo para vocês. Ao longo da disciplina, vocês serão solicitados a retomar muitos tópicos já estudados até aqui. Esperamos que vocês percebam como os conteúdos das diversas disciplinas se conectam quando pensamos no ensino de língua, já que ela não funciona de modo compartimentado e, sim, integrado. Por isso, organizamos os conteúdos de nossa disciplina em três unidades.

Na unidade I, tratamos de língua, cultura e sociedade. Vamos ler e discutir sobre os seguintes tópicos: *o que é uma língua materna* (tópico 1), e *identidade, cidadania e Libras* (tópico 2). É uma unidade introdutória em que procuramos contextualizar Libras em relação a esses tópicos e levantar alguns pontos de discussão sobre esse assunto.

Na unidade II, expomos alguns pressupostos teóricos para o ensino de língua materna. Vamos trabalhar com os seguintes tópicos: *concepções de linguagem e de língua* (tópico 3); *o contínuo escuta > fala > leitura > escrita* (tópico 4); *letramento e alfabetização* (tópico 5); e *diversidade e heterogeneidade – o papel da escola* (tópico 6). Nesta unidade vamos trabalhar conceitos teóricos com base em discussões de situações-problema e de leituras.

Na unidade III, discutimos o papel da escola no aprimoramento de habilidades no que se refere à língua materna. Os tópicos são: *habilidades lingüísticas* (tópico 7); *os*

PCNs e o ensino de língua materna (tópico 8); e *a prática pedagógica* (tópico 9). Aqui, vamos ter um número maior de leituras e vamos trabalhar mais concretamente com a questão do ensino de língua materna.

Em cada tópico apresentamos uma exposição dos conteúdos, sugerimos leituras com indicação de links e de títulos, e propomos atividades diversas.

Apesar da nossa relativa experiência no ensino de língua materna,¹ confessamos que a experiência de organizar esta disciplina foi nova e muito desafiadora. Sintam-se à vontade para fazer comentários, críticas, elogios ou tirar dúvidas.

Desejamos que vocês tenham um estudo bastante produtivo e que esta disciplina auxilie de algum modo na sua formação como educadores!

Edair e Raquel

As atividades em **caixa amarela** são obrigatórias, ou seja, valerão nota. Não deixe acumular atividades obrigatórias nem deixe de entregá-las, pois estas serão avaliadas.

As atividades em **caixa verde** são opcionais, mas ajudam a fixar melhor o conteúdo estudado e aprofundam ainda mais a discussão motivada no tópico. Recomendamos que você as faça, pois servirão de base para o parecer do tutor. Se não puder fazê-las, pelo menos as leia atentamente.

Já as sugestões em **caixa rosa** oferecem pontos para reflexão ou leitura com vistas a complementar o que foi estudado.

¹ Para ver nossa formação e experiência, visite nossos currículos na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9068668791184377> (Edair) e <http://lattes.cnpq.br/2582841591375626> (Raquel)

Introduzindo a disciplina: Por que aprender uma língua que já sabemos?

É tão engraçado ir para a escola para aprender uma coisa que já sabemos. Por que perder tempo aprendendo uma língua que já sabemos? Como você já deve ter visto na disciplina de Aquisição da Linguagem, todo ser humano é biologicamente programado para adquirir uma língua. Assim, ao chegar à escola, já chegamos sabendo Libras, ou português, ou qual seja a língua a que fomos expostos na aquisição. Não parece perda de tempo ficar gastando aulas com um conteúdo que já sabemos, ao invés de tratarmos de coisas mais importantes, como matemática, ciências e geografia? Provavelmente você já se questionou sobre isso em algum momento da sua vida escolar...

Com esta disciplina, pretendemos mostrar que, ao contrário do que parece, é importante, sim, estudarmos aquilo que já sabemos, no nosso caso, a **língua materna**².

Já que estamos falando de escola, ainda no período escolar, a língua que



falamos/sinalizamos está presente em todas as matérias: o professor de Matemática ensina matemática utilizando como **código** a nossa língua, a mesma que já trazemos de casa. O mesmo faz o professor de Geografia e o de História. É por meio da língua que temos acesso ao conhecimento e à cultura.

Fonte: <http://www.clicfilhos.com.br/site/images/imgs/alfabetizacao.jpg>

Não somos uma ilha, vivemos em sociedade, que exige interação, adivinhe? por meio da língua. Construímos nossa **identidade** por meio da língua. Exercemos a nossa **cidadania** por meio/com a língua. A língua faz parte de um conjunto de práticas sociais e culturais.

Para termos acesso ao conhecimento e à cultura, e também para exercermos a cidadania, nos valemos de certas habilidades, aprendidas à medida que as usamos. Essas habilidades são chamadas de **competências**.

O desenvolvimento das competências se dá por meio da prática e do exercício, e na escola, o professor que ensina língua materna deve (ou pelo menos deveria),

² Os termos destacados em negrito encontram-se definidos no glossário, no final deste material.

propiciar meios de os alunos desenvolverem as competências lingüística e sociocomunicativa, necessárias para o exercício da cidadania e acesso ao conhecimento e à cultura.

Uma das primeiras lições que aprendemos na escola é que a língua que falamos/sinalizamos pode ter uma representação escrita. Mas, se analisarmos com um pouco de atenção, nós percebemos que não escrevemos a língua que falamos/sinalizamos, nem falamos/sinalizamos a língua que escrevemos. Entre a fala/sinalização e a escrita existe um fosso, quase como se fossem duas línguas diferentes. E, como veremos neste curso, são, e não são, ao mesmo tempo. São diferentes porque as competências lingüística e sociocomunicativa exigidas por cada uma das modalidades são diferentes, e porque o meio básico de expressão de cada uma é diferente: a língua falada/sinalizada, por exemplo, faz uso do contexto circundante; já a escrita não. Por outro lado, ambas se assemelham, pois permitem a construção de textos coesos e coerentes, a exposição de informações diversas, variações, etc; e também porque existe um sentimento de identidade que une falantes/sinalizantes que utilizam o código



escrito de uma dada língua. Fonte: <http://www.sescsp.org.br/sesc/controle/dynimages/PB362-04alfabetizacao.jpg>

A língua escrita, aprendida na escola, tem um papel fundamental nos dias de hoje. Vivemos na sociedade da informação (informação escrita, diga-se de passagem). Por conta dos avanços tecnológicos, nunca se produziu e se disponibilizou tanto conhecimento como se tem feito nos dias atuais. Para ter acesso a todo esse conhecimento, é preciso estar preparado, ter desenvolvido as habilidades para **codificar** e **decodificar**, escrever e ler com proficiência/ competência. Esse conjunto de habilidades é denominado, grosso modo, **letramento**.

A sociedade da informação exige um cidadão letrado para que possa usufruir de toda a diversidade de conhecimento produzido, interagindo com todas as áreas do conhecimento. Para formar esse cidadão, a escola precisa, sim, ensinar língua materna. E o professor deve estar preparado. Mãos à obra!

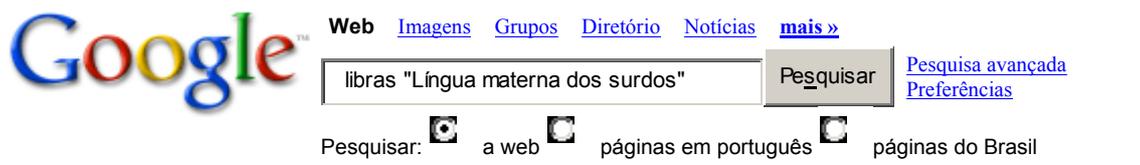
UNIDADE I: Língua, cultura e sociedade

Nesta unidade, vamos tratar das relações entre língua, cultura e sociedade. Vamos organizar o conteúdo em torno de dois tópicos, um centrado na questão da língua materna, e outro voltado para a relação entre linguagem, identidade e cidadania.

Tópico 1: O que é uma língua materna?

Para começar nossa discussão, precisamos retomar o conceito de “língua materna”, presente no título desta disciplina, e discuti-lo. Se a língua materna em questão fosse o português, inglês, alemão ou espanhol, talvez não fosse necessário discutir tanto esse tópico, pois há um número bastante grande de estudos sobre essas *línguas naturais* que são faladas, o que você já deve ter estudado na disciplina de Aquisição da Linguagem. Mas como estamos tratando de Libras, que é uma língua espaço-visual, teremos que discutir bastante, pois ainda há relativamente poucos estudos na área da Lingüística que tratam dessa modalidade de língua.

Uma rápida consulta na web mostra que parece não haver dúvidas de que Libras é uma língua materna. Observem a primeira página de resultados do motor de buscas Google:



web Resultados 1 - 10 de aproximadamente 98 para LIBRAS "Língua materna dos surdos" (0,33 segundos)

[- Surdos On-Line - A única forma de comunicação on-line dos surdos ...](#)

LIBRAS, ou Língua Brasileira de Sinais, é a **língua materna dos surdos** brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela ...

site.surdosol.com.br/index.php?comunidade=feneis - 42k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[:: FAQ ::](#)

LIBRAS é a **língua materna dos surdos** brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. ...

www.institutoempregar.org.br/faq.htm - 12k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[Introdução](#)

Dessa forma, considera-se que a **LIBRAS** é ou deve ser a **língua materna dos surdos** não porque é a língua natural dos surdos mas sim porque, tendo os surdos ...

www.ines.org.br/ines_livros/FASC7_INTRO.HTM - 12k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[Adital - Consulta pública recebe sugestões para melhorar a Lei de ...](#)

Considerada a **língua materna dos surdos** brasileiros, a **LIBRAS** só foi oficializada em 1991 e só em 2002 foi aprovada como decreto de lei. ...

www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=14825 - 54k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[UNIVEM - Centro Universitario Euripides de Marilia](#)

LIBRAS é a **língua materna dos surdos** e, como tal, compõe-se de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como a gramática semântica, ...

www.fundanet.br/jornal/materia.asp?mat=11 - 30k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[Portal do Voluntário](#)

Policiais ambientais concluem curso de **LIBRAS** no município ... A Linguagem Brasileira de Sinais é a **língua materna dos surdos** brasileiros e, como tal, ...

www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idclipping=13728&idmenu=62 - 15k - [Em cache](#) - [Páginas Semelhantes](#)

[PDF] [AGA-Sign: Animador de Gestos aplicado à Língua de Sinais AGA-Sign ...](#)

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)

LIBRAS, por ser a **língua materna dos surdos** brasilei-. ros. 3 Escrita de Sinais. Foi criado há cerca de 20 anos por Valerie Sutton, fun- ...

www.dcc.ufla.br/infocomp/artigos/v4.1/art06.pdf - [Páginas Semelhantes](#)

[PDF] [Língua de sinais: escrita dos surdos na Internet](#)

Formato do arquivo: PDF/Adobe Acrobat - [Ver em HTML](#)

propriedades e relações tem como ponto de partida a **língua materna dos surdos**. ... A adaptação do Sign Writing® à **LIBRAS** produzindo a escrita de sinais ...

ism.dei.uc.pt/ribe/docfiles/txt200372912213Língua%20de%20sinais.pdf - [Páginas Semelhantes](#)

[UPF Idiomas - LIBRAS](#)

A **LIBRAS**, ou Língua Brasileira de Sinais, é a **língua materna dos surdos** brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada na ...

www.upf.br/upfidiomas/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=61 - 14k - [Em cache](#) -

[Páginas Semelhantes](#)

[Notícias - Megainfo](#)

A **LIBRAS**, **língua materna dos surdos** brasileiros, é uma modalidade de comunicação visuo-gestual, que poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada em ...

www.megainfo.inf.br/toLearn/portal/NoticiasAction.do?empresanro=1¬icianro=134 - 19k - [Em cache](#) -

[Páginas Semelhantes](#)

Esta busca foi realizada em 17/07/2006. Você pode fazer uma nova busca e comparar os resultados obtidos para avaliar qual o impacto do conceito de LIBRAS como língua materna.

Como vimos, a definição de Libras como língua materna dos surdos é produtiva e admitida oficialmente por instituições de ensino e organizações voltadas para os surdos. Mas, *o que é uma língua, afinal?*

Nas disciplinas anteriores você já tomou contato com a concepção de língua de algumas abordagens teóricas.

Sugestão de leitura:

QUADROS & KARNOPP (2004)³ apresentam o conceito de línguas naturais e argumentos para enquadrar a LIBRAS como uma língua natural.

Para refrescar a memória, é interessante que você (re)leia as seções:

“O que são línguas naturais” (p. 24-29)

“A língua de sinais brasileira como língua natural” (p. 29-37).

A nossa língua materna é a primeira língua que adquirimos. Também podemos chamá-la de L1, em oposição à L2, que é qualquer outra língua aprendida depois da língua materna. (Para LIBRAS, é interessante a leitura do texto de QUADROS (1996): *Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda.*)

Uma criança que nasce e permanece no Japão até os quatro ou cinco anos de idade, filha de pais japoneses, muito provavelmente vai adquirir japonês. Uma criança nascida no Brasil, e que permanece no país até os quatro ou cinco anos, filha de pais também brasileiros, muito provavelmente também irá adquirir o português como sua língua materna. A língua materna está ligada à idéia de nacionalidade. No Brasil, fala-se o português – língua materna da maior parte dos brasileiros – que é a língua oficial e ao mesmo tempo língua nacional (o texto de Eduardo Guimarães “Brasil: país multilíngüe”⁴ discute os conceitos de língua franca, nacional, oficial e língua materna, aplicando-os ao contexto brasileiro). Mas nem sempre há essa coincidência. Há países, como a Espanha, por exemplo, que têm como língua oficial o castelhano, mas cada região adota a sua língua nacional: o país Basco tem a língua *basca* como língua nacional; a Catalunha tem o *catalão* como língua nacional, a Galiza tem o *galego* como língua nacional. O mesmo acontece com os surdos no Brasil. Para alguns, a língua materna pode vir a ser



Fonte: http://www.appai.org.br/Jornal_Educar/jornal44/portugues/professora.gif

³ QUADROS, Ronice M. de & KARNOPP, Lodenir B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.24-37.

⁴ Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200014&script=sci_arttext

o português (pensem no caso de quem é surdo, mas já foi ouvinte até certa fase da vida).

Vejamos os documentos oficiais que regulamentam a questão no Brasil.

→ O que diz a Constituição Brasileira:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto promulgado em 05 de outubro de 1988

Título II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

Capítulo III
Da Nacionalidade

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.



→ O que diz o decreto presidencial 5626, de 22/12/2005 (Regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o Artigo 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000):



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com

estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Leia atentamente o que dispõe a Constituição Brasileira e a Lei 10.436 a respeito de língua.

- 1) Qual o estatuto legal da Libras? É língua oficial ou nacional?
- 2) Pesquise outros documentos oficiais (Estaduais e Municipais) que disponham sobre o estatuto da Libras e de outras línguas minoritárias no Brasil.

Vá ao [fórum](#) e compartilhe suas impressões com seus colegas.

Consideremos então o seguinte:

- (i) A população brasileira, em sua grande maioria, tem como língua materna o português.
- (ii) A língua portuguesa é o idioma oficial do Brasil.
- (iii) A língua portuguesa, que é a língua materna e também a língua oficial do brasileiro, deve ser ensinada na escola.

Mas qual *língua portuguesa* ensinar? Será que a língua falada no Brasil é igual àquela falada em Portugal? A língua falada no nordeste é igual àquela falada no

sul do Brasil? A língua falada nos grandes centros urbanos é a mesma falada na zona rural? Enfim, como ficam as *diferenças regionais*? O mesmo problema da língua portuguesa e a escolha da variedade a ser ensinada ocorre com Libras. Você deve ter visto em Sociolinguística e em Linguística Aplicada que Libras também apresenta diferenças regionais. Qual a variedade que deve ser ensinada na escola? Nós vamos retomar esta questão na unidade III, mas você já pode ir pensando nas possíveis soluções.

Fonte: <http://www.wikipedia.com>



Vamos retomar a questão de o que é uma “língua materna”. A Wikipédia é uma enciclopédia livre da internet. O acesso foi em 17/07/2006. Pode ser que hoje o verbete já esteja modificado. É interessante verificar a história da construção do verbete, acessando a orelha “história”. Cada usuário pode ser autor, colaborando na construção dos verbetes, inclusive você! Veja o que há no verbete “Língua materna”:

Língua Materna

Origem: Wikipedia, a enciclopédia livre

Língua materna é a primeira língua que uma criança aprende. Em certos casos, quando a criança é educada por pais (ou outras pessoas) que falem línguas diferentes, é possível adquirir o domínio de duas línguas simultaneamente, cada uma delas podendo ser considerada língua materna, configura-se então uma situação de bilingüismo.

A expressão *língua materna* provém do costume em que as mães eram as únicas a educar seus filhos na primeira infância, fazendo com que a língua da mãe seja a primeira a ser assimilada pela criança, condicionando seu [aparelho fonador](#) àquele sistema lingüístico.

A aquisição da língua materna ocorre em várias fases. Inicialmente, a criança registra literalmente os [fonemas](#) e as entonações da língua, sem ainda ser capaz de os reproduzir. Em seguida, começa a produzir sons e entonações até que seu aparelho fonador permita-lhe a articular palavras e organizar frases, assimilando contemporaneamente o [léxico](#). A sintaxe e a gramática são integradas paulatinamente dentro deste processo de aprendizagem.

Lembre que essa definição é proposta por membros da comunidade web; não há a atribuição de autoria, mas reflete as características que se costuma atribuir à língua

materna. Ao correlacionarmos essa definição a Libras, vamos nos deparar com problemas a serem resolvidos.

Para refletir!

A definição do verbete na Wikipédia fala em adaptação do aparelho fonador à língua. Isso faz sentido em Libras? Os estágios da aquisição de uma língua oral são os mesmos de uma língua viso-espacial? O que teria de mudar no verbete da Wikipédia para contemplar as questões motivadas pela Libras?

Apesar dos avanços da medicina, nem sempre os problemas auditivos que incorram em surdez são detectados nos bebês. Muitos casos são diagnosticados tardiamente, na maioria das vezes pela própria observação dos pais.

Observe o relato abaixo, que foi extraído de uma entrevista sociolinguística do Projeto VARSUL – Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil (Conheça um pouco do trabalho do projeto visitando o site institucional <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/index.php>).

“Foi se passando o tempo e eu comecei a observar, em relação a outras crianças da mesma idade, entende? que a gente entrava no quarto, a gente se mudava de roupa, a gente fazia barulho e a menina dormindo, como estava, ficava. Eu disse: “Marli, que gozado”. “Ah, porque ela tem um sono muito profundo”, e não sei o quê. E o tempo foi passando, e o tempo foi passando. Quando ela estava com sete meses, aproximadamente sete meses Não, minto, ela já estava querendo beirar, já querendo, assim, pra dez a onze meses, tá? Eu tinha o carro, eu tinha um fusquinha, que era, inclusive, do laboratório, mas aí eu fiz um negócio com a Maria Helena, tá? e acabei ficando com aquele fusquinha. Um fusquinha verde, um carro e nessa minha casa, em Coqueiros, tem uma garagem, é uma subida, tá? tem uma rampazinha pra... Que quando eu cheguei em casa, ela estava agarradinha na grade, assim, da garagem, de costas, e eu cheguei com o carro e buzinei pra ver se. Ela não olhou. Ela não se virou, ela não. Aí, aquilo me estalou. Eu disse: “Essa menina está surda”. Aí chamei a Marli, disse: “Marli” Ela disse: “Ah, não é possível, isso é coisa, porque eu às vezes eu falo, coincidência”. “É com muita coincidência, tu queres ver uma coisa?” Aí, fiz mais um teste com ela. É, na mesma hora ela, né? Fiz barulho, bati com martelo não sei onde, ela nem tomou conhecimento. Aquilo me, fiquei desesperado. Na mesma hora saí dali, já fui pra casa do Anísio, disse: “Ó Anísio, é passado assim, assim”. “Ah não, Maurício, não é possível. Traz ela aqui, nós vamos fazer um..” “Não, traz aqui, não. Tu vais comigo lá, agora. Vais fazer um teste comigo”. E constatou se que, realmente, a menina estava surda.”

Como você já deve ter visto em disciplinas anteriores, ou a partir da sua própria experiência, o diagnóstico tardio da surdez traz conseqüências para a aquisição

da língua materna.⁵ Filhos de pais surdos usuários de Libras terão Libras como língua materna. Mas como crianças em que foi diagnosticada a surdez irão aprender Libras se os pais não conhecem essa língua?

Para refletir!

Digamos que os pais podem pagar um intérprete ou moram em uma cidade em que há um centro de apoio aos surdos. Faz sentido dizer que neste contexto Libras é língua materna (afinal, não será a “mãe”, nem ninguém do núcleo familiar, que ensinará a língua)? E se os pais não possuem recursos para oportunizar à criança o contato com a Libras? Que língua materna terá essa criança?

Tópico 2: *Identidade, cidadania e Libras*

Fonte: <http://ctc.fmrp.usp.br/casadaciencia/bibliotecas/imagens/grupos/diversidade.jpg>



Olhe ao seu redor. O ser humano vive em grupos, que são formados por critérios os mais variados. Por exemplo, os jovens, que na fase difícil da adolescência rebelam-se e agrupam-se para marcar presença na sociedade. Diferentes “tribos” compõem a nossa sociedade, variando conforme a época; já tivemos *hippies*, *yuppies*, *grunges*, e agora *emos*. Tais grupos não são aleatórios; seus membros compartilham características e afinidades, traços de identidade. Pode ser o tipo de roupa, o tipo de música, o tipo de arte.

Mais ou menos a mesma coisa acontece com a língua. Grupos se formam em função de identidade lingüística. A língua não é uma unidade política, é uma unidade de identidade. Podemos marcar nossa identidade pelo pertencimento a certos grupos sociais, como vimos acima, a certas comunidades, ou a grupos regionais (ser gaúcho, ser carioca, ser nordestino, etc). Ao fazer parte de determinado grupo, compartilhamos

⁵ Você deve ter percebido que os conteúdos da disciplina de Aquisição da Linguagem estão sendo requisitados. Se você não se sente seguro, faça uma revisão.

com os membros daquele grupo a mesma linguagem e os mesmos hábitos culturais, e, assim, constituímos a nossa identidade, apoiada em valores de solidariedade e lealdade.

E com Libras?

Com Libras, não parece ser diferente. O português **não** é a língua materna da maioria dos surdos, logo, os valores sócio-histórico-culturais associados ao português não são os mesmos do universo surdo.

Sugestão de leitura:

Leia o artigo de Zilda Maria Gesueli, “Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão”, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a14v27n94.pdf>

Bibliografia básica da unidade:

CURIONE, Alex. Aquisição da Língua de Sinais como Primeira Língua: Direito dos Surdos. Disponível em http://www.feneis.com.br/LIBRAS/anexos/aquisi%E7ao_LIBRAS_Alex_Curione.htm.

Acessado em 30/09/2006.

GESUELI, Zilda Maria. Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 277-292, jan./abr. 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação Brasil: país multilíngüe. *Ciência e Cultura*, vol.57, n.2, p.22-23, abr./jun. 2005.

QUADROS, Ronice Muller de, KARNOPP, Lodenir. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Aquisição de L1 e de L2: o contexto da pessoa surda. In: Anais do Seminário: *Desafios e possibilidades na educação bilíngüe para surdos*. 1996, p. 70-87.

UNIDADE II: Pressupostos teóricos para o ensino de língua materna

Esta unidade se organiza em torno dos pressupostos teóricos para o ensino de língua materna. Trataremos de alguns conceitos que são muito importantes para que o professor planeje suas atividades de ensino de língua materna: concepções de linguagem e de língua; o contínuo escuta > fala > leitura > escrita; conceitos de alfabetização e de letramento; diversidade lingüística e competência sociocomunicativa. Esses conceitos são básicos para o ensino de QUALQUER língua materna: português, espanhol, inglês e também Libras. Como já mencionamos no tópico 1, ainda há relativamente poucos estudos na área da Lingüística que tratam de Libras e seu ensino como língua materna.

Tópico 3: *Concepções de linguagem e de língua*

Vamos começar esta unidade com a sua experiência.

Faça uma reflexão sobre o seu processo de aquisição/aprendizado de LIBRAS. Como você experienciou a língua, como L1 ou como L2? Onde e quando? O que significou para você? O que mudou? Compartilhe sua experiência com seus colegas e com o tutor.

É bem provável que a sua experiência de aquisição/aprendizado de LIBRAS passe por uma ou mais destas três abordagens de educação: o *oralismo*, a *comunicação total* ou o *bilingüismo*. Vejamos a explicação destas perspectivas no texto a seguir, extraído de uma entrevista da educadora Dóris Anita Freire Costa ao “Psicopedagogia On-line” (Aproveite para ler a entrevista na íntegra em <http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrID=84>)

Como se dá a aquisição de linguagem na educação de surdos?

A resposta a esta questão depende da abordagem de educação adotada. Quando se fala em educação de surdos, há basicamente três abordagens: o *oralismo*; a *comunicação total* e o *bilingüismo*. Um breve passar sobre elas se faz necessário.

O *oralismo* tem como objetivo ensinar o surdo a falar (no nosso caso, o português). Nesta abordagem, propõe-se que a aquisição da fala deve ser iniciada o mais cedo possível, utilizando-se para isto dos instrumentos necessários, em que se inclui o aparelho auditivo; procura-se, ainda, explorar os resíduos auditivos que o surdo possui. Para essa aquisição é necessário um trabalho sistematizado, que deve ser feito por um profissional competente (o fonoaudiólogo). A aquisição da fala é um trabalho árduo para o surdo e pressupõe um trabalho contínuo e prolongado. Apesar de ainda ser usado hoje, o oralismo teve seu auge e hegemonia, de 1880 (a partir do Congresso de Milão, quando foi abolida o uso da língua de sinais) a mais ou menos 1970, permanecendo por praticamente um século como abordagem exclusiva na educação dos surdos.

A abordagem da *comunicação total* surgiu na década de 70, como uma alternativa ao *oralismo* estrito. Advoga o uso de todos os meios que possam facilitar a comunicação, desde a 'fala sinalizada', passando por uma série de sistemas artificiais até os sinais. Muitos dos sistemas usados por ela, tinham como objetivo auxiliar a compreensão da língua falada, razão pela qual é vista, por muitos, mais como uma extensão do oralismo do que como oposição ao mesmo. Nesta abordagem, propõe-se que todos os recursos são importantes e indispensáveis para promover a comunicação: fala; leitura labial; escrita; desenho; língua de sinais; alfabeto manual etc. Quando foi criada teve o mérito de reconhecer a língua de sinais como direito da criança surda. A crítica maior a esta abordagem se relaciona ao fato de na prática propulgar o uso simultâneo de *fala* e *sinais*, constituindo o 'bimodalismo' ou 'português sinalizado'. O uso simultâneo entre as duas línguas (língua falada e português sinalizado), apesar de proposto pela *comunicação total*, não tem respaldo teórico. Na verdade, tal conciliação nunca foi e nem poderia ser possível, devido à natureza extremamente distinta das duas línguas em questão. Sendo assim, não demorou muito para que a *comunicação total* cedesse lugar ao *bilingüismo*.

O *bilingüismo* defende o uso da língua de sinais (no Brasil: Língua Brasileira de Sinais ou LIBRAS) e do Português, como duas línguas distintas, reconhecendo o surdo na sua diferença e especificidade. As duas línguas são usadas, mas não simultaneamente, como propunha a abordagem anterior. Na prática o *bilingüismo* se caracteriza, no Brasil, pelo domínio de LIBRAS e Português (falado e escrito) *ou* pelo domínio de LIBRAS e do Português escrito (grande maioria dos surdos brasileiros considerados bilíngües se inclui nesse 2º grupo).

No *bilingüismo*, a primeira língua (L1) dos surdos é a Língua de Sinais. A língua falada ou escrita a ser adquirida (o Português, por exemplo) é tida como 2ª língua (L2). A Língua de Sinais é, ainda, considerada a língua *natural* dos surdos. Língua natural é aquela que os indivíduos adquirem na interação com outros, sem necessitar de muito esforço e de um trabalho sistematizado. Os surdos adquirem assim a Língua de Sinais (como os ouvintes adquirem o português oral); o mesmo não acontece quando se tenta oralizá-los.

No *bilingüismo*, propõe-se que o surdo adquira a Língua de Sinais desde a mais tenra idade, assim como os ouvintes adquirem a fala. Assim sendo, as crianças surdas passam por estágios muito semelhantes às ouvintes, ou seja: - período pré-lingüístico (como os ouvintes); estágio de um sinal (correspondente ao estágio de uma palavra); estágio das primeiras combinações; estágio das múltiplas combinações.

No *bilingüismo*, a surdez não é vista como uma *incapacidade*, mas como uma *especificidade*; não como uma deficiência, mas como uma *diferença*. Assume-se que a especificidade biológica (a surdez) faz com que o canal preferencial de apreensão do conhecimento pelo surdo seja o *visual* (ou melhor, *viso-espacial*). Este dado marca suas *possibilidades* (e não seus déficits, como em outras concepções). O surdo se assume como tal, se respeita e quer ser respeitado. Faz da sua *diferença* a sua força: ela deve ser o ponto de partida para a sua educação, seu ensino (uso de recursos viso-espaciais), como foi para a construção de sua língua (uma língua de natureza viso-espacial). É neste sentido que, nesta

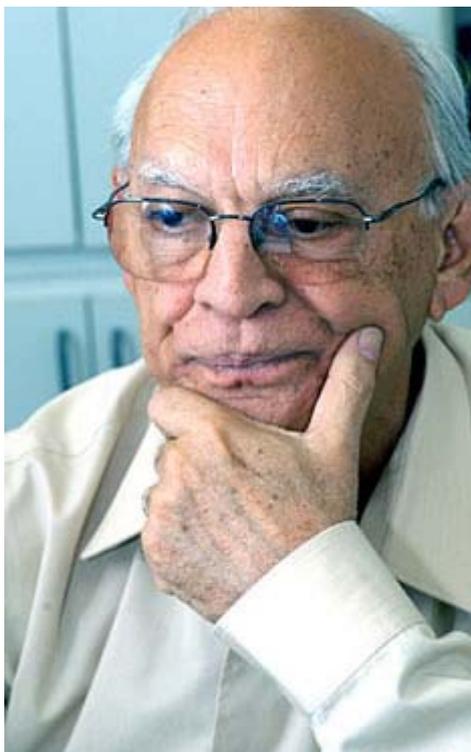
abordagem, não se fala em *deficiente auditivo* (o termo traz a conotação de deficiência, incapacidade), mas em *surdez*. Assumir a Língua de Sinais como a *sua* língua é para o surdo uma questão que ultrapassa os limites lingüísticos, tem muito a ver com sua própria identidade, uma vez que a língua é atividade *constitutiva* do sujeito (com ela construímos nosso pensamento; com ela criamos, organizamos e informamos as nossas experiências).

O texto faz um retrospecto das perspectivas de educação para surdos, situando a perspectiva do bilingüismo como a atualmente em voga. Nesta unidade, nosso objetivo é fomentar algumas discussões sobre essa perspectiva de educação no ensino de língua materna.

Fonte: <http://educacao.rr.gov.br/imagens/libras.jpg>



Fonte: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2006/fotosju328-online/ju328pg04a.jpg



Vamos começar discutindo algumas concepções de linguagem e de língua, e como elas podem influenciar no ensino de língua materna. O professor Ataliba Castilho, na introdução de seu livro “A língua falada e o ensino de língua portuguesa” (2000), sumariza as três principais concepções de língua e linguagem.

Como se sabe, a linguagem é um ‘objeto escondido’, assim como o objeto da Psicologia, da Sociologia e de outras Ciências Humanas. Para elaborar sobre ele, temos de partir de pontos de vista (expressão que traduz a palavra grega theoría), de postulações prévias, que constituirão a linguagem como um objeto cientificamente analisável. Simplificando um pouco as coisas, pode-se dizer que há três grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana: a língua como atividade mental, a língua como uma estrutura e a língua como atividade social.

De acordo com a primeira teoria, a língua é uma capacidade inata do homem, que lhe permite reconhecer as sentenças, atribuindo-lhes uma interpretação semântica, ou produzir um número infinito de sentenças, atribuindo-lhes uma interpretação fonológica. Em conseqüência, uma gramática que assim entenda a

linguagem será uma gramática implícita (ou gramática da competência), interessada em explicar como as pessoas adquirem uma língua, como elas produzem e interpretam a sua ou uma outra língua. Esses postulados buscam, em última instância, a Gramática Universal, subjacente às milhares de línguas naturais.

A teoria da língua como estrutura postula que as diferentes línguas naturais dispõem de um sistema composto por signos, distintos entre si por contrastes e oposições, organizados em níveis hierarquicamente dispostos: o nível fonológico, o nível gramatical (ou morfossintático) e, em alguns modelos, também o nível discursivo.

As gramáticas estruturais buscam identificar as regularidades constantes das cadeias de fala, são basicamente descritivas, e operam através da contextualização da língua em si mesma.

Fonte: http://www.editoracontexto.com.br/files/livro/_thumb_lingua_falada189.jpg



Finalmente, a terceira teoria considera a língua como uma atividade social, por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim, concebida, a língua é um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado.

Uma gramática que assim entenda a língua (como é o caso da Gramática Funcional) procura os pontos de contacto entre as estruturas identificadas pelo modelo anterior e as situações sociais em que elas emergem, contextualizando a língua no contexto social.

Tomadas em seu conjunto, as duas primeiras teorias postulam a língua como um fenômeno homogêneo, como um produto que deve ser examinado independentemente de suas condições de produção. Em suma, elas se ocupam de enunciados, para cuja apreensão a Sintaxe assume uma grande autonomia em relação à Semântica e à Pragmática. Já a terceira teoria postula a língua como um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis socialmente motivadas. A língua é, em suma, uma enunciação, um elenco de processos, para cuja apreensão a Semântica e a Pragmática se constituem em pontos de partida, sendo a Sintaxe um ponto de chegada.

A Lingüística tem oscilado entre esses dois pólos, ora destacando a língua como um enunciado – valorizando-se as gramáticas formais, estruturais, gerativas – ora destacando a língua como uma enunciação – valorizando-se as gramáticas funcionais. (Castilho, 2000, p. 11-12)



Há um texto mais didático escrito por Ataliba Castilho para tratar das relações entre língua e linguagem, bem como as concepções subjacentes. Procure-o no site do “Museu da Língua Portuguesa”:

<http://www.estacaodaluz.org.br/wps/wcm/connect/resources/file/eb1fbf0e5ab64a3/Ataliba%20-%20Que%20se%20entende%20por%20lingua.pdf?MOD=AJPERES>.

Sugestão de leitura:

Faça uma leitura crítica do texto de Castilho, explorando muito bem os conceitos apresentados, pois eles serão trabalhados na unidade III. Tire suas dúvidas com o tutor.

Retomando Castilho (2000), as duas primeiras concepções de linguagem e de gramática no seu conjunto mostram a língua como um fenômeno homogêneo, como um produto que deve ser examinado independente de suas condições de produção. Já a terceira concepção (de linguagem e gramática) mostra a língua como um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis, socialmente motivadas.

Fonte: http://www.fundep.ufmg.br/fundep/premio/imgs/magda_becker8889.gif

Para o desenvolvimento desta disciplina, vamos adotar a terceira concepção de língua, aquela que a vê como atividade social, e que de acordo com a Profa. Magda Becker Soares, a língua é vista como enunciação “não apenas como comunicação, e que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização” (Soares, 1998). Essa é a concepção adotada nos *PCNs de Língua*



Portuguesa e de Linguagens, códigos e tecnologias. No tópico 6 retomaremos este assunto.

1. Agora que exploramos os conceitos de linguagem, língua e gramática, vamos retomar as abordagens de educação apresentadas por Dóris Anita Freire Costa – o oralismo, a comunicação total ou o bilingüismo, e vamos tentar correlacioná-las às concepções de língua propostas por Ataliba Castilho – a língua como enunciado e a língua como enunciação.

Volte à discussão sobre seu processo de aquisição/ aprendizagem de LIBRAS (no início deste tópico 3) e tente identificar:

a) qual a concepção de língua que está subjacente: língua como enunciado ou como enunciação?

b) que elementos ou fatos que você lembra que podem ajudar a identificar uma ou outra concepção?

2. Tente relacionar a abordagem do bilingüismo com as concepções de língua vistas neste tópico. Discuta no fórum.

Tópico 4: O contínuo escuta > fala > leitura > escrita

Fonte: <http://www.unimes.br/academico/odontopediatria/images/gestante4.gif>



Um dos marcos mais importantes na infância é quando aprendemos a andar. O dia dos primeiros passinhos é muito festejado pela família. Mas, para andar, a criança passou por etapas anteriores. Primeiro, aprendeu a sustentar a cabeça. Depois, a apoiar os braços, levantar o tronco e sentar. Em seguida, aprendeu a coordenar o movimento de braços e pernas para engatinhar. Já engatinhando, o bebê aprendeu a parar em pé. E, por fim, culmina com o caminhar. Não dá para caminhar sem passar por essas etapas, é a ordem natural das coisas...

Com a língua, também existem etapas a serem seguidas. Primeiro temos que percebê-la para depois produzi-la. Do mesmo modo que há etapas para aprender a andar, há etapas para desenvolver plenamente as competências lingüísticas, que podem

ser resumidas ao contínuo *escuta > fala > leitura > escrita*. (Uma variante deste contínuo é apresentada por Mary Kato (1986): $fala_1 > escrita_1 > fala_2 > escrita_2$. Sugerimos a leitura do livro.

“Contínuo” porque as etapas são pressupostas como continuadas, do mesmo modo que no andar do bebê. Depois que ele aprende a andar, ele não desaprende a engatinhar (Talvez o faça menos, mas ele não perde essa habilidade). O fato de desenvolver a fala não significa que a escuta é deixada de lado. Ao contrário, são habilidades complementares, que só fazem sentido se forem inter-relacionadas. A escuta é uma habilidade de percepção, que se faz necessária para o desenvolvimento da habilidade de produção, a fala.



Normalmente, essas duas habilidades são pré-escolares, ou seja, a criança já chega à escola fazendo uso da escuta e da fala. Na escola, a criança, além de aprimorar as habilidades lingüísticas que já possui, desenvolve novas habilidades, a leitura e a escrita.

Fonte: <http://www.uems.br/proec/editora/imagens/livros/Historia%20concisa%20da%20escrita.jpg>

Você pode conhecer um pouco da história da escrita lendo o livro de Charles Higounet, “História concisa da escrita”.



Ler e escrever são habilidades que fazem uso de um artefato tecnológico, a escrita. A transformação de sinais fonéticos em sinais gráficos foi uma das grandes revoluções na história da humanidade. Como estamos trabalhando com a idéia de contínuo, ler e escrever também são habilidades inter-relacionadas, não só entre si, mas também com a escuta e com a fala.

Fonte: http://www.editoracontexto.com.br/files/livro/_thumb_principiosdosistema189.jpg



Sugerimos a leitura do capítulo 2 do livro “Princípios do sistema alfabético”, de Leonor Scliar-Cabral, (2003, p. 25-48), que trata das relações entre fala e escrita.

Agora que você conhece o contínuo “clássico” *escuta > fala > leitura > escrita*, vamos refletir sobre como fica o aprimoramento das habilidades do falante de LIBRAS.

- a) Como fica o contínuo? Vá ao fórum manifestar sua opinião!
- b) Registre, por escrito, a síntese da discussão do grupo.

Tópico 5: Letramento e alfabetização

Uma das funções da escola é introduzir a criança no mundo da escrita, tornando-a letrada. Ler, tornar letrado, letramento.



Letramento é um conceito recente e predominante no universo da educação em língua materna. Por letramento, em princípio, entende-se o conjunto de práticas relativas à capacidade de uso da língua escrita de acordo com as necessidades sociais do indivíduo.

Fonte http://www.carlu.com.br/shop/images/Alfabeto_Ilustrado_de_Parede.jpg

Fonte: http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/indice/images/NPI_656_imagempequena.jpg

Segundo Ângela Kleiman, o letramento é:

... um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (1995, p. 19)



Note-se: ser letrado não é sinônimo de saber ler, decodificar signos lingüísticos, este é o papel da *alfabetização*. *Letramento* é a capacidade de fazer uso proficiente dos diversos tipos/gêneros de textos que compõem o universo social do falante.

Nesse sentido, cabe diferenciarmos o que é letramento do que é alfabetização. Os conceitos de alfabetização e letramento muitas vezes se confundem e se sobrepõem; vejamos o que os autores da área têm a dizer:

Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de uma sociedade. (Tfouni, 1995, p. 20). Fonte: <http://i.s8.com.br/images/books/cover/img0/38160.jpg>



Porque alfabetização e letramento são conceitos freqüentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele. (Soares, 2003).



Fonte: http://www.editoracontexto.com.br/files/livro/_thumb_alfabetizacao_letramento_gd189.jpg

Fonte: <http://www.ufmg.br/boletim/bol1213/magda.jpg>

Vamos entender um pouco mais o que é um conjunto de práticas que utilizam a escrita. Tome-se o seguinte caso:

Fonte: <http://www.weno.com.br/blog/archives/doceira.gif>



Dona Maria das Dores é uma doceira. No seu universo social, ela depende de práticas sociais que usam a escrita: receitas, compreender e elaborar lista de supermercado, preencher cheques para pagar fornecedores, ler revistas, livros e jornais da área de doçaria, etc. Mas ela não precisa

dominar práticas do universo jurídico, como fazer uma petição, ou práticas do universo médico, como escrever um receituário médico, simplesmente porque essas práticas que fazem uso da escrita não pertencem ao seu universo social. Se dona Maria precisar de tais práticas,



Fonte: <http://www.institutodejoelhoombro.com.br/medico.gif>

vai procurar um especialista, ou alguém que domine tais práticas. Do mesmo modo, se um advogado quiser escrever uma receita de doces e esta habilidade não faz parte do seu universo social (como um passatempo, por exemplo), terá que interagir com alguém do universo da doçaria.

Mas letramento não se refere somente ao conjunto de práticas tão específicas quanto às necessárias para o desenvolvimento de uma profissão. No nosso cotidiano, diversas situações exigem o domínio de práticas sociais que usam a escrita, como:

Fonte: http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/cidadania/SequestroRelampago/image/img_caixaEletronico2.jpg



- pegar ônibus (letreros que indicam o bairro ou a linha);
- fazer saque em terminal eletrônico;
- comparar preços no supermercado
- assinar um contrato de locação;
- votar.

Fonte: http://www.educacional.com.br/eleicoes2002/imagens/img_urna.gif



O letramento é, em sentido amplo, o conjunto de práticas para exercício da cidadania. Dominar plenamente o conjunto de práticas escritas correntes no seu universo social é pré-requisito para o indivíduo exercer sua cidadania. E o papel da escola, mais especificamente do professor de língua materna, é essencial. Veja o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)



“cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e que, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade”.(PCNs, p.08)

Ainda dois pontos sobre letramento:

Fonte: http://www.dicionariolibras.com.br/upload/imagem_conteudo/124/64.jpg

A) *Analfabeto funcional*. Se letramento e alfabetização não são a mesma coisa do ponto de vista da Linguística, para o IBGE, no Brasil, existem alfabetizados e analfabetos. Este critério é estabelecido com base no tempo de escolarização formal que o indivíduo passou. Mas, na prática, as coisas não são bem assim. Há



um percentual significativo de indivíduos que passaram por educação formal, mas que não conseguem ler e compreender uma notícia de jornal, por exemplo.

Estes indivíduos são considerados “analfabetos funcionais”: são aqueles que minimamente dominam o sistema lingüístico (decodificam letras em sons), mas que não entendem o que estão decodificando. Leia o texto de Leonor Scliar-Cabral (2006), sugerido na bibliografia, para entender melhor a questão.

Fonte: <http://www.ciadaescola.com.br/zoom/imgs/316/image005.gif>

B) *Letramento digital*. O computador tem tomado cada vez mais espaços na sociedade: retirar dinheiro em caixa eletrônico, acessar a internet, votar em urna eletrônica, pagar a passagem na catraca eletrônica, etc. Novas habilidades devem ser incluídas no conjunto de práticas sociais que usam a escrita. É preciso maior agilidade de



leitura, senão a tela do terminal de saque muda; ler o saldo do vale-transporte em letreiros digitais. E o que dizer do hipertexto, que quebra a idéia de linearidade da escrita? O avanço das novas tecnologias deve ser incorporado pela escola, que deve trabalhar novas práticas de letramento nos novos nichos de uso de escrita que surgem no universo social do aluno.

O termo "letramento digital" aponta para muitos tipos diferentes de alfabetizações necessárias para acessar, interpretar, criticar e participar das novas formas emergentes no contexto cultural e social. O letramento digital significa o domínio de técnicas e habilidades para acessar, interagir, processar e desenvolver multiplicidade de competências na leitura das mais variadas mídias. Um indivíduo possuidor de letramento digital necessita de habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras que se conectam a outros textos, por meio de hipertextos, links e hiperlinks; elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície (textos multimodais). Ele precisa também ter capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente e ter familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas através dos sistemas computacionais.

Fonte: http://www.universia.com.br/html/materia/materia_gaja.html

Vamos aplicar os conceitos de letramento e alfabetização à Libras. Assista ao DVD temático da nossa disciplina cujo tema é “Letramento”. Considerando que a escrita em língua de sinais ainda é incipiente, e também considerando o que estudamos até agora, gostaríamos que você refletisse sobre as seguintes questões:

- É possível avaliar as competências de letramento/alfabetização em Libras em uma escala, uma espécie de contínuo?

- Como você avalia a competência letrada de uma pessoa que só sabe se comunicar por meio de Libras?

Tópico 6: *Diversidade e heterogeneidade - o papel da escola*

Fonte: <http://www.ciadaescola.com.br/zoom/imgs/316/image005.gif>

Como vimos na unidade I, o Brasil não é um país monolíngüe, apesar de esta idéia ser extremamente difundida e perpetuada pela escola e pela mídia. E como vamos ver neste tópico, o plurilingüismo do Brasil se manifesta inclusive dentro de uma mesma língua.

Vamos refletir um pouco mais sobre a concepção de língua como atividade social. Observem novamente o trecho extraído da obra do prof. Ataliba

Castilho (apresentado no tópico 3): “a terceira teoria postula a língua como um fenômeno funcionalmente heterogêneo, representável por meio de regras variáveis socialmente motivadas”. Essa passagem remete à idéia de que a língua portuguesa, como qualquer língua natural, não é homogênea e nem uniforme. É constituída de *variedades lingüísticas*. A disciplina de Sociolingüística se ocupa bastante dessas questões, como vocês já viram. Essa área de pesquisa tem trazido importantes contribuições para o ensino da língua materna. Na disciplina de Lingüística Aplicada você já deve ter também discutido o tema.

Já comentamos na unidade I sobre as diferenças lingüísticas regionais. Essas diferenças constituem a chamada *variedade regional* ou *geográfica*. Vejam alguns exemplos de variação regional:

- (i) no plano fonético – as vogais /e/ e /o/ pretônicas, como nas palavras “terraço” e “bolacha”, são pronunciadas como vogais abertas (é, ó) no nordeste e como vogais fechadas no sudeste e no sul (ê, ô);
- (ii) no plano sintático – a posposição da negação como em “vou **não**” é típica do nordeste, a dupla negação como em “**não** vou, **não**” é comum no sudeste (especialmente no Rio de Janeiro) e a anteposição da negação como em “**não** vou” é preferida no sul;





(iii) no plano lexical – o brinquedo com armação leve de varetas, recoberta de papel fino, empinado no ar por meio de uma linha, é chamado de “pipa” no Rio de Janeiro, de “pandorga” no Rio Grande do Sul e de “papagaio” em outras regiões. Temos também variação regional quando existem diferenças lingüísticas entre os falantes da zona urbana e da zona rural.

Fonte: <http://www.weno.com.br/blog/archives/pipa.gif>

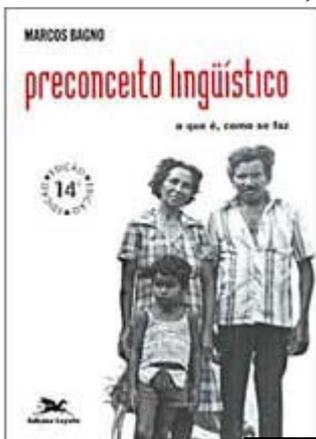
Mas as variações lingüísticas não são somente regionais. As regras variáveis são também “socialmente motivadas”. Nesse sentido, temos o que se chama ‘*variedade padrão*’ ou ‘*norma culta*’ – aquela usada pelas pessoas mais diretamente relacionadas com a cultura escrita que é historicamente legitimada, e ‘*variedade não-padrão*’ – aquela utilizada por indivíduos não escolarizados ou pouco escolarizados. As variedades padrão e não-padrão usualmente refletem as diferenças sociais dos falantes. No caso do Brasil, a norma culta corresponde aos usos e atitudes (valores) da classe social de prestígio, no caso, daquela parcela da população brasileira que é plenamente escolarizada (com curso superior completo) e que está em contato com a cultura escrita. Como faz parte da língua em uso por indivíduos historicamente situados, a norma culta não é homogênea, mas está sujeita a variações e mudanças. A norma culta do português é encontrada atualmente em textos de ampla circulação como livros, revistas e jornais. É a norma que deve ser ensinada sistematicamente nas escolas.

Fonte: <http://br.geocities.com/sapucaimirim/caipira02.jpg>



A norma culta, vista por muitos como o “falar corretamente”, é considerada uma via de ascensão social. Quem não domina a variedade padrão da língua é marginalizado, ridicularizado, enfim, excluído: em uma entrevista para emprego, na escola, no vestibular. Porém, o domínio e o uso da variedade padrão ficam restritos a uma parte muito pequena da população brasileira, que, não por coincidência, é a detentora do poder político e econômico.

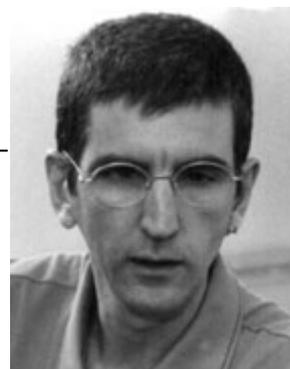
Há variedades da língua portuguesa em que ocorre a troca do “l” pelo “r” nos encontros consonantais, como em *Craudia*, *chicrete*, *praca*, *broco*, *pranta*, ao invés de



Claudia, *chiclete*, *placa*, *bloco*, *planta*. Essas variantes costumam ser associadas a comunidades rurais e são estigmatizadas. Entretanto, trata-se de variantes lingüísticas de milhares de brasileiros falantes das variedades não-padrão, a “classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite”, para quem a fonética da norma culta é como a de uma língua estrangeira (Bagno, 2002).

Fonte: http://www.rabisco.com.br/65/imagens/preconceito_linguistico.jpg

Veja as sugestões de leitura sobre esse assunto na bibliografia desta unidade: Bortoni-Ricardo (2004); e os livros de Marcos Bagno, (2001, 2002, 2003).



Fonte: <http://www.parabolaeditorial.com.br/marcosusp.jpg>

Casos como o acima ilustrado costuma provocar reações de **preconceito lingüístico**, principalmente naquelas pessoas que se situam nos pontos mais altos na pirâmide social, ou seja, que pertencem a um nível sócio-econômico mais alto e que dominam a variedade culta da língua. O preconceito lingüístico se manifesta em comentários do tipo: “fulano fala errado”, “fulano não sabe falar direito”, “a fala de fulano é feia”... A isso se chama *valor social das formas variantes*. A fala (ou escrita) é avaliada ou julgada em função do status social dos indivíduos que a utilizam, e não pelas características lingüísticas em si. Esse é um outro aspecto a que o professor de língua materna deve estar atento.

Além da diversidade regional e social, temos também a variação contextual de registro, também chamada de “variação estilística”. Em situações comunicativas que exigem maior formalidade, usamos uma linguagem mais cuidada e elaborada, ou mais monitorada; em situações familiares e informais, usamos uma linguagem coloquial, menos monitorada. Temos assim um *registro formal* e um *registro informal*.

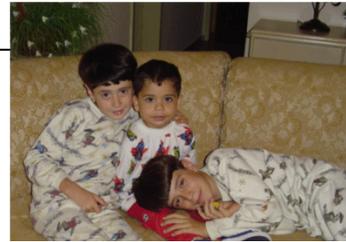
Na verdade, mais do que dois modos que se opõem, temos graus de formalidade que permeiam as situações cotidianas de interação. O tipo de registro de linguagem pode ser comparado com o tipo de roupa que utilizamos de acordo com cada



situação. Por exemplo, em uma situação como um casamento, uma solenidade de formatura ou uma ação judicial, optamos por traje mais formal, como um terno ou uma roupa mais ajeitadinha, que transmita a seriedade que a situação social exige, o que comparamos com o *registro formal*. Nestes tipos de situação, seria inadequado comparecer de pijama.

Fonte: <http://www.alteregos.blogspot.com.br/TERNO.jpg>

Este tipo de roupa cabe melhor em contextos informais, íntimos, familiares; o mesmo vale para o *registro informal*.



Fonte: <http://www.alemdoveu.blogspot.com.br/pijama.gif>

As variações de registro, ou estilísticas, estão sujeitas aos “papéis sociais” que as pessoas desempenham nas interações que se estabelecem em diferentes “domínios sociais”: no lar, na escola, na igreja, com os amigos, no trabalho, etc. Os papéis sociais que desempenhamos vão se alterando conforme vão trocando as situações comunicativas. Observe como é diferente a interação que se estabelece, por exemplo, entre pais e filhos, avós e netos, marido e mulher, professor e aluno, patrão e empregado, médico e paciente, vendedor e cliente, etc. Esses papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 23).

E o papel da escola?

No que diz respeito às variedades lingüísticas, é papel da escola ensinar a ‘variedade padrão’ ou ‘norma culta’ da língua, que é a variedade de prestígio na sociedade. Entretanto, a variedade lingüística que o aluno traz de casa nunca deve ser desconsiderada e tachada de “erro”. O que os professores devem fazer é considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio que os alunos apresentam e promover a ampliação desses conhecimentos, criando situações comunicativas diferenciadas para que os alunos estendam gradativamente o conhecimento lingüístico já adquirido. Muitas vezes as diferenças entre as variedades dos alunos e a variedade da escola são tão grandes que parece estarmos diante de duas línguas diferentes.

Convém salientar, mais uma vez, que a norma culta, ou variedade padrão, se destaca das demais variedades em decorrência de fatores históricos e culturais que

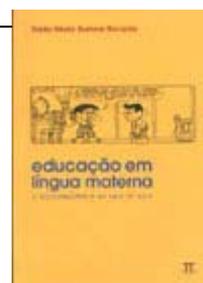
determinam a sua legitimação. A escola deve ensinar a norma culta, mas também preservar a identidade lingüística e cultural dos alunos.

Toda a nossa exposição até agora (concepção de linguagem e de língua, contínuo, alfabetização e letramento, diversidade lingüística) culmina com o conceito de competência sociocomunicativa. Esse conceito é didaticamente explorado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), no capítulo 6 do livro “Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula” (Sugerimos a leitura do livro; veja a referência na bibliografia).



Fonte: <http://www.parabolaeditorial.com.br/stelafoto.jpg>

Fonte: <http://www.unb.br/abralin/imagens/livros/6.jpg>



A autora sumariza a questão do seguinte modo (*op. cit.* p. 78):

“Todo falante nativo de uma língua, por volta de 7, 8 anos, já internalizou as regras do sistema de sua língua, regras que lhe permitem produzir sentenças bem formadas naquela língua, o que não acontece com o falante estrangeiro que produz sentenças agramaticais, isto é, que não estão perfeitamente de acordo com o sistema da língua estrangeira.

Como a língua é um fenômeno social, cujo uso é regido por normas culturais, além de ter domínio das regras internas da língua, os falantes têm de usá-la de forma adequada à situação de fala.

No desempenho dos papéis sociais, os indivíduos transitam por espaços sociolingüísticos em que têm de dominar certos usos especializados da língua.

O falante tem de dispor em seu repertório de recursos comunicativos que lhe permitam desempenhar-se com adequação e segurança nas mais diversas situações.

Grande parte dos recursos comunicativos que compõem o seu repertório é adquirido espontaneamente, no convívio social; mas para o desempenho de certas tarefas especializadas, especialmente as relacionadas às práticas sociais de letramento, o falante necessita desenvolver recursos comunicativos, de forma sistemática, por meio de aprendizagem escolar.

A tarefa educativa da escola, em relação à língua materna, é justamente criar condições para que o educando desenvolva sua competência comunicativa e possa usar, com segurança, os recursos comunicativos que forem necessários para desempenhar-se bem nos contextos sociais em que interage.”

Concluindo este tópico, enfatizamos que o papel da escola é oferecer condições para que os alunos ampliem a sua competência sociocomunicativa, aprendendo a usar uma variedade ou outra de acordo com as situações de interação. No caso de contextos mais formais e públicos, é a variedade padrão que é requerida. No caso de contextos menos formais e familiares, a variedade não-padrão é adequada. Quando as variedades lingüísticas coexistem, mas servem a usos diversos, ou seja, são funcionalmente distintas, temos uma situação de “diglossia”. Reveja essa noção, que foi trabalhada em suas aulas de Lingüística Aplicada.

Nesta unidade, trabalhamos com os pressupostos para o ensino de língua materna; na próxima unidade, veremos de que modo estes pressupostos podem ser aplicados. Antes, porém vamos às atividades!

Para refletir:

Tratamos, neste tópico, de variedades lingüísticas. Vimos que essas variedades podem ser regionais, sociais e estilísticas. Vimos também alguns exemplos do português.

a) E em Libras o que acontece? Também existem esses três tipos de variação?

b) Pense em diferentes situações de comunicação em que podem aparecer variações desses três tipos.

Também tratamos, neste tópico, do papel da escola em relação à diversidade lingüística e comentamos sobre o preconceito lingüístico em relação à língua portuguesa.

a) Você já vivenciou ou conhece alguma situação, com o uso de Libras, que possa ser identificada como de preconceito lingüístico?

b) Entre os usuários do português vimos que existem casos de preconceito, especialmente quanto à noção de “certo” e “errado” na língua. E entre os usuários de Libras? Existem situações em que a língua de um surdo seja considerada “melhor” ou “pior” do que a de outro?

Bibliografia básica da unidade:

BAGNO, Marcos (org.). *A lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *A norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CASTILHO, Ataliba t. de. *A língua falada e o ensino de língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2000.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

KATO, Mary. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do sistema alfabético de português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Revendo a categoria “analfabeto funcional”. In: Edair Gorski, Izete Lehmkuhl Coelho (orgs.). *Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 57-68.

SOARES, Magda Becker. A reinvenção da alfabetização. In: *Revista Presença Pedagógica*, Julho/Agosto, 2003. Disponível em http://www.editoradimensao.com.br/revistas/revista52_trecho.htm

_____. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Ática, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

UNIDADE III: A escola e o aprimoramento de habilidades

Nesta unidade, tentaremos articular os tópicos que foram discutidos na unidade I, com os pressupostos teóricos para o ensino de língua materna que foram discutidos na unidade II. Nosso objetivo é mostrar de que modo a escola pode atuar no aprimoramento de habilidades lingüísticas. Nossas discussões estarão baseadas principalmente no documento que dá diretrizes para o ensino de língua materna no Brasil: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)



Os PCNs são documentos aos quais vocês pode tomar contato de diversas formas: toda escola têm uma versão impressa (livro), e ainda, no site <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/pcn/pcn.html>, onde você encontrará todos os PCNs, inclusive os dedicados aos temas transversais. Sugerimos que você tenha uma cópia dos PCNs de língua portuguesa, pois os utilizaremos frequentemente no decorrer da unidade III.

Tópico 7: Habilidades lingüísticas



Fonte: <http://students.fct.unl.pt/~mpm17965/icp/Mota/woodcut.gif>

A escola é o lugar em que nos tornamos hábeis. Em matemática, por exemplo, desenvolvemos habilidades que são utilizadas no dia-a-dia, em situações como: quanto mede tal objeto? por quanto fica a prestação de um produto parcelado em 15 vezes? etc.



Fonte: <http://www.buscaprat.com/webcaspa/imagenes/bolsa/logo-bolsa-artista.gif>

Mas o que é “hábil”? Vejamos a acepção do Houaiss Eletrônico:

Hábil

■ adjetivo de dois gêneros

- 1 que tem a mestria de uma ou várias artes ou um conhecimento profundo, teórico e prático de uma ou várias disciplinas;
- 2 diz-se de quem tem uma disposição de espírito e de caráter que o torna particularmente apto para resolver as situações que se lhe apresentam ou para agir de maneira apropriada aos fins a que visa; astucioso, sutil, manhoso; esperto, sagaz;
- 3 dotado de habilidade e rapidez; destro, ligeiro, ágil;
- 4 que atende ao estabelecido por lei, regulamento etc;
- 5 Termo jurídico que atende ao estabelecido por lei para produzir determinados efeitos jurídicos.

Já chegamos à escola com um conhecimento de língua materna razoável. Que habilidades lingüísticas poderemos então aprimorar na escola?

Ao falar em “habilidades lingüísticas” estamos nos referindo basicamente a:

- *percepção e compreensão*, envolvendo:
 - ouvir/ decodificar sinais
 - ler
- *produção*, envolvendo:
 - falar/ sinalizar
 - escrever



Fonte: <http://www.geagea.com/53indi/pic/dialogo.jpg>

Antes de iniciar uma educação formal na escola, a criança já apresenta algumas dessas habilidades. O contexto circundante da criança costuma ser muito rico em estímulos sonoros e visuais, de modo que, desde cedo e em diferentes graus, ela é capaz de discriminar objetos espaciais de vários tipos, orientar-se no espaço e no tempo, entre outras coisas.

No que se refere à linguagem, como as crianças interagem cotidianamente com seus familiares, amigos, vizinhos, etc, elas são capazes de:

- (i) *perceber e compreender* uma quantidade razoável de informações que são veiculadas oralmente (no caso de crianças ouvintes) ou por sinalização (no caso de crianças surdas), e
- (ii) *produzir* informações falando ou sinalizando.



Fonte: <http://www.junior.te.pt/Final/Rua/ImgA/sabiasque/crianca.gif>

Ou seja, elas dominam o que se chama de “habilidades pré-escolares” e se apresentam em estado de “prontidão” (umas mais, outras menos) para a alfabetização. A esse respeito veja o que diz a pesquisadora Marieta Nicolau (1997, p. 2-3):

Fonte: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2002/jusp605/ilustras/ilustra3.jpg>

“Uma criança está em condições para se alfabetizar quando se encontra num ‘estado de alerta’, o que significa também um interesse duradouro e pleno para interagir com o material simbólico da alfabetização, processando as suas respostas nos níveis afetivo-social, psicomotor e cognitivo. Isto decorre de um longo e gradual processo que depende tanto de aspectos maturacionais quanto daqueles que foram produto da estimulação ambiental. Sem desprezar a relevância do aspecto cognitivo no desenvolvimento infantil, é necessário igualmente considerar a importância das dimensões afetivo-social e psicomotora.”

Fonte: <http://www.radio.usp.br/imagens/escola.jpg>



É importante frisar que o contato do indivíduo com a escrita já acontece antes do início da aprendizagem sistematizada na escola. No dia-a-dia, dependendo da comunidade imediata de cada um, nos deparamos com placas de trânsito, painéis de meios de transporte, calendários, rótulos de embalagens, avisos comerciais, publicidade (marcas, outdoors...), legendas de desenhos e filmes, livros de histórias, textos religiosos, etc. Daí a importância de o professor avaliar o estágio em que se encontra cada aluno ao ingressar na escola.

Quando em idade escolar, ao iniciar sua educação formal, é que a criança começa a desenvolver as habilidades de *leitura* e *escritura*, além de aprimorar as habilidades de *escuta* e de *fala*, ou de *signalização*. É nessa instância que vamos nos deter. Mas, para isso, precisamos antes refletir sobre o papel social da escola e sua



interação/influência no desenvolvimento das habilidades, especialmente, as habilidades lingüísticas.

Para iniciar nossa reflexão, vamos ler o texto de Francisco Gomes de Matos “*Os direitos lingüísticos e pedagógicos dos alfabetizandos*”, disponível em :

<http://www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/EDUC/PortLtRt.pdf>.

Fonte: http://www.pucsp.br/pos/lael/cepril/publicacoes/newsletter/2005/n2_05/img/fgm%20photo3.jpg



Nesse pequeno texto, o autor mostra que o processo de alfabetização envolve muito mais do que aprender a ler e escrever. Ele realça valores individuais e de grupo como: o respeito, a conscientização, a solidariedade, entre outros. Vamos também consultar os PCNs, especialmente os relacionados ao ensino de língua materna.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os PCNs têm como objetivo “Propiciar aos sistemas de ensino, particularmente aos professores, subsídios à elaboração e/ou reelaboração do currículo, visando à construção do projeto pedagógico, em função da cidadania do aluno”. Eles estão divididos em áreas do conhecimento e por nível de ensino. Dê uma olhada nos seguintes documentos:

- Língua Portuguesa – Ensino Fundamental
- Linguagens, códigos e suas tecnologias – Ensino Médio

Ambos estão disponíveis no site

<http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/pcn/pcn.html>



Como você deve ter observado na leitura do texto de Francisco Gomes de Matos e na introdução dos PCNs, atualmente, acredita-se que a escola tem um papel social e político muito importante: o de capacitar os alunos para o exercício pleno e consciente de sua *cidadania*. Cabe a ela, sustentada pelo Estado, garantir “as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem”. (BRASIL, 1998a, p 27).

No entanto, até bem pouco tempo, a escola não se preocupava em ser esse espaço social destinado à formação do sujeito-cidadão. O ensino era conduzido de acordo com o que se pode chamar de uma “visão tradicional” (o que, infelizmente, ainda se encontra hoje em dia em algumas escolas).



Fonte: <http://pwp.netcabo.pt/johny/gintonico/escola0.jpg>

Nesse tipo de abordagem, dita “tradicional”, parte-se de uma concepção de língua homogênea, desvinculada de seus usuários, portanto histórica e socialmente

descontextualizada. Não há respeito à diversidade sócio-cultural e lingüística dos alunos. Em geral, o material de apoio limita-se ao livro didático. As atividades de leitura e escrita valorizam a (de)codificação mecânica que envolve desenhar e decifrar letras e palavras. Os textos oferecidos são fragmentados. O estudo da gramática é compartimentado e reducionista: sílabas, palavras e frases descontextualizadas.

Fonte: http://www.editoracontexto.com.br/files/livro/_thumb_alfabetizacao_letramento_gd189.jpg



Esse tipo de escola acaba reproduzindo o modelo sócio-cultural dominante e enfatiza as desigualdades sociais. As diferenças são tratadas como deficiências. Não é de se estranhar que tenha acontecido uma *crise* no ensino-aprendizagem de língua, resultando no fracasso escolar (com repetências e evasões) – uma sensação de incapacidade, inferiorização... A esse respeito, vale a pena ler o livro de Magda Soares, “Linguagem e escola – uma perspectiva social”. A autora aborda o ensino da língua portuguesa no Brasil, com a democratização da escola pública, intensificada a partir da década de 1970, e o conseqüente ingresso de grande quantidade de alunos falantes de variedades não-padrão.

Fonte: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/imagens/magda_soares.jpg

A professora Magda Soares apresenta algumas explicações para esse fracasso escolar, baseadas no que ela chama de “ideologia do dom”, “ideologia da deficiência cultural” e “ideologia das diferenças culturais”.



Segundo a *ideologia do dom*, a escola oferece igualdade de oportunidades a todos e o bom aproveitamento depende de cada um. Assim, a causa do fracasso do aluno está nele mesmo, na falta de condições básicas para a aprendizagem. De acordo com esta visão, a escola não é responsável pelo fracasso do aluno.



De acordo com a *ideologia da deficiência cultural*, as desigualdades sociais é que seriam responsáveis pelas diferenças de rendimento dos alunos. Os alunos oriundos das classes dominadas seriam portadores de deficiências ou *deficits* sócio-culturais, apresentando desvantagens em relação aos demais. As deficiências afetivas, cognitivas e lingüísticas seriam responsáveis por sua incapacidade de aprender. De acordo com essa

Fonte: <http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/cabideiro.gif>

visão a escola não é responsável pelo fracasso do aluno.

Segundo a *ideologia das diferenças culturais*, a causa do fracasso escolar é a própria escola, pois trata com discriminação a diversidade cultural, transformando diferenças em deficiências. Nessa perspectiva, DIFERENÇA NÃO É DEFICIÊNCIA. Todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social. Não existe uma língua ou



Fonte: <http://www.ced.ufsc.br/~zeroiseis/paulinha.gif>

variedade lingüística superior ou inferior a outra. O que existe são diferenças geográficas e sociais que provocam diferenciação lingüística, originando os falares ou dialetos regionais e as variedades sociais (como vimos na unidade II).

Voltando a tratar da escola: o seu papel vai ser determinado pelo tipo de ideologia assumido. No nosso caso, estamos considerando que existem diferenças culturais e que a escola tem responsabilidade, sim, por eventuais fracassos dos alunos.

Documentos oficiais do governo como os Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como Propostas Curriculares de Secretarias de Educação de diferentes estados e municípios, estabelecem princípios e oferecem orientações teórico-metodológicas a respeito do ensino das diferentes disciplinas do Ensino Fundamental e Médio.

Antes de partir para a análise dos PCNs e verificar de que modo esses documentos direcionam o ensino de língua materna a fim de garantir que a escola cumpra sua função social, propomos algumas atividades.

1. Leia novamente o texto “Os direitos lingüísticos e pedagógicos dos alfabetizados”, de Francisco Gomes de Matos.

a) Dos 10 direitos apresentados pelo autor, escolha 3 que você considera mais importantes.

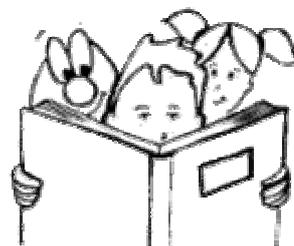
b) Discuta com seus colegas a sua escolha.

2. Comente a seguinte afirmação, pensando na questão da linguagem: “diferença não é deficiência”. Ilustre com exemplos.

Tópico 8: Os PCNs e o ensino de língua materna

“Toda língua é um patrimônio cultural, um bem coletivo. A maneira como paulatinamente nos apropriamos dela – com a mediação da família, dos amigos, da escola, dos meios de comunicação e de tantos outros agentes – determina, em grande medida, os usos que dela fazemos nas mais diversas práticas sociais de que participamos cotidianamente.”

(BRASIL, 1998c, p. 55)



Fonte: http://www.csa.osa.org.br/colégio/biblioteca/imgs/02_edition/leitura.gif

Os PCNs postulam que a escola deve oferecer condições para que o aluno desenvolva seus conhecimentos, sabendo:



- a) “ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade lingüística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.” (BRASIL, 1998a, p.59)

Fonte: http://pipocaecompanhia.blogs.sapo.pt/arquivo/gosto_leitura.gif

Para que o aluno seja capaz de ouvir, falar, ler e escrever adequadamente, bem como refletir sobre os fenômenos da linguagem, é preciso considerar que:

- a) “a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio;
- b) a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção;
- c) as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos.” (BRASIL, 1998b, p. 19)



Fonte: http://novaescola.abril.com.br/ed/157_nov02/imagens/leitura6.gif

Esses tópicos extraídos dos PCNs apontam as práticas sociais, ou seja, as situações reais de interação, como condição para que se dê o ensino da língua. Tal proposta, como se percebe, opõe-se àquela apresentada anteriormente, identificada como um ensino “tradicional”. Os pressupostos teóricos dessa visão “moderna” são outros, centrados numa concepção de língua heterogênea, historicamente situada, que está sujeita a variações e mudanças. A língua funciona para as pessoas interagirem socialmente. Vê-se a língua como prática social.



É interessante, neste ponto, ver como os PCNs definem linguagem e língua:

Linguagem – “ação interindividual orientada por uma finalidade específica, um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade, nos distintos momentos de sua história [...] A linguagem torna possível o pensamento abstrato. [...] Em síntese: pela linguagem se expressam idéias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais [...] e se influencia o outro.”(p. 20).

Língua – “sistema de signos específico, histórico e social, que possibilita a homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender-la é aprender não somente palavras e saber combiná-las em expressões complexas, mas apreender pragmaticamente seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas entendem e interpretam a realidade e a si mesmas.” (p. 20).

A linguagem é vista como uma atividade discursiva e cognitiva, como um processo de interlocução que se materializa através da língua. Ambas se implicam mutuamente. Assim, nesta disciplina de *Ensino da Língua Materna*, ao falarmos em ensino da língua estamos nos referindo também à linguagem e vice-versa. O nosso desafio é encontramos o melhor caminho para ensiná-la(s).

Continuemos com nossas reflexões. Na situação de ensino-aprendizagem, não se pode deixar de considerar uma série de valores e atitudes que estão subjacentes às práticas de linguagem. Os PCNs enfatizam os seguintes (BRASIL, 1998b, p.64-65):

- valorização das variedades lingüísticas;
- valorização de diferentes visões de mundo;
- posicionamento crítico, autonomia e iniciativa quanto à leitura de textos;
- interesse pelas diversas leituras e escritas, incluindo a literatura;
- troca de informações sobre os textos;
- interesse pelos espaços mediadores de leitura;

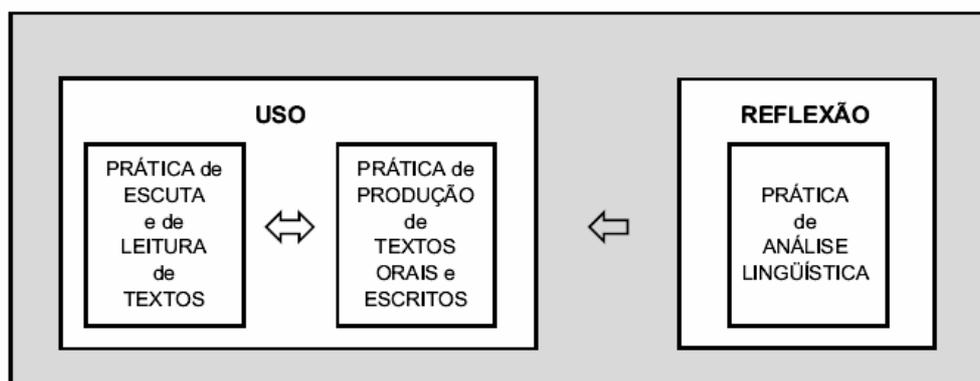


Fonte: http://novaescola.abril.com.br/ed/165_set03/imagens/diversidade_bottom.gif

- reconhecimento da necessidade de dominar os diversos saberes envolvidos nas práticas sociais, bem como os usos sociais da linguagem oral e escrita, possibilitando a participação política e cidadã do sujeito;
- reconhecimento da importância de dominar a linguagem escrita e oral para facilitar acesso ao trabalho;
- possibilidade de reflexões mais profundas a partir do distanciamento do sujeito de sua produção escrita.

Até agora, falamos de aspectos gerais relacionados ao papel social da escola, à concepção de língua(gem), a valores subjacentes à prática da língua(gem). Vamos, a seguir, tratar de conteúdos.

Os conteúdos contemplados pela disciplina de Língua Portuguesa dividem-se em: (i) *uso da língua oral e escrita*, que incorpora práticas de escuta e de leitura e práticas de produção de textos orais e escritos; e (ii) *reflexão sobre a língua e a linguagem*, que incorpora práticas de análise lingüística. O ensino dos conteúdos deve levar em conta a articulação entre (i) e (ii), de forma que sejam vistos como uma totalidade. Essa totalidade de que estamos falando pode ser visualizada no quadro da página 35 dos PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998b), que está abaixo.



O quadro mostra que a análise lingüística (ou seja, a reflexão sobre a língua nos seus diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico-pragmático) não está desvinculada das habilidades de escuta/ fala/ leitura/ escrita. De fato, o uso lingüístico – que se dá através de textos e não de palavras ou frases isoladas – fornece material para análise de diferentes fenômenos lingüísticos; e a análise lingüística, por sua vez, realimenta as práticas de uso.

Tendo como unidade central o texto, e a partir do eixo USO → REFLEXÃO → USO, é que são pensadas as práticas pedagógicas e os diferentes conteúdos a serem trabalhados nas aulas de língua.

Os *PCNs Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias* (BRASIL, 1998c) enfatizam que o ensino da língua materna deve considerar a aquisição e o desenvolvimento de três competências: *interativa, textual e gramatical*. E que essas competências devem ser acionadas na resolução de situações-problema.



Fonte: http://www.eaprender.com.br/Image/eaprender.com.br/Image/eap_conteudo/habito_leitura.jpg

- A competência interativa envolve atividades lingüísticas como o diálogo, entrevistas, debates, troca de correspondências, e-mails, etc. Por meio da competência interativa é que se realizam ações, se age e se atua sobre os interlocutores. Na escola, por exemplo, os alunos interagem uns com os outros, com os professores, com os funcionários, etc. É importante ter consciência do papel social que cada um desempenha, do lugar de onde se fala, sobre o que se fala, a quem se dirige.



Fonte: http://www.eaprender.com.br/Image/eaprender.com.br/Image/eap_conteudo/habito_leitura.jpg

- A competência textual diz respeito à capacidade de entender e produzir textos dos mais variados tipos/gêneros. É graças à nossa competência textual que somos capazes de desenvolver idéias coerentemente articuladas a partir de um determinado tema, de atribuir um título a um texto, de fazer paráfrases (dizer novamente com outras palavras), de fazer resumos, de identificar idéias principais e secundárias de um texto, de reconhecer diferentes tipos/gêneros textuais, etc.
- A competência gramatical (também chamada de competência lingüística) envolve conhecimentos sobre a estrutura da língua, o domínio de suas regras de

funcionamento nos níveis fonológico, morfológico, sintático, lexical. É através de nossa competência gramatical que somos capazes de reconhecer seqüências lingüísticas que são bem-formadas ou que são inaceitáveis em nossa língua.

Hipertexto

As novas tecnologias vêm redefinindo o modo como é encarada a prática de leitura. Uma importante faceta da competência textual é a capacidade de lidar com hipertextos. Com o avanço da internet, a leitura na web deixa de ser linear; não se trata de um livro, em que capítulos seguem capítulos. No hipertexto, a leitura é não-linear; fazemos links, avançamos, retrocedemos, buscamos, de modo que cada leitura torna-se uma experiência única, resultado dos diferentes focos de interesse de cada indivíduo.



Fonte: http://www.fatea.br/angulo/angulo_105/images/3.2.jpg

Apesar de ser mais disseminado no meio eletrônico, no nosso dia-a-dia também nos deparamos com diferentes tipos de hipertextos: em livros (capa, orelhas, índice); revistas e jornais (legendas, fotos, mapas, tabelas, etc).

Como vimos na unidade II, aprimorar a competência de leitura neste universo social torna-se essencial para o exercício da cidadania na sociedade em que o eletrônico predomina.

Para aprofundar o conhecimento neste campo, sugerimos a leitura do seguinte texto de Luiz Antônio Marcuschi: “O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula”, disponível em http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v4n1/f_marcuschi.pdf.

Um último aspecto que queremos destacar neste tópico diz respeito à língua e interdisciplinaridade. Vamos iniciar refletir sobre a nossa prática com a linguagem. Vamos pensar numa aula de história, de geografia, de biologia, de matemática... Qual é o objeto de estudo de cada uma delas? Podemos dizer, em termos gerais, que a história se ocupa de eventos passados com referência a um povo, país, época; que a geografia

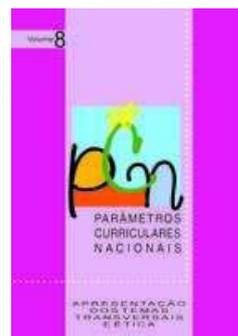
trata da descrição da terra e dos fenômenos que nela ocorrem; que a biologia estuda os seres vivos e as leis que os regem; que a matemática estuda números e as relações existentes entre eles. Mas, de que modo tratamos dessas questões? Como aprendemos sobre história, geografia, biologia, matemática? Tratamos desses assuntos, nas diferentes disciplinas, através da linguagem. No nosso caso específico, ou através da língua portuguesa ou através da língua de sinais. Podemos dizer, então, que a língua perpassa todas as áreas do conhecimento. Essa é, sem dúvida, uma das principais formas de interdisciplinaridade: *a atuação da linguagem na mediação do conhecimento.*



Fonte: <http://www.cerebromente.org.br/n06/opinia0/image5.jpg>

A interdisciplinaridade é tão importante que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio a colocam como um dos princípios pedagógicos que devem orientar a organização dos currículos. Os conhecimentos escolares podem ser articulados de várias formas. Uma delas é a multidisciplinaridade: o mesmo tema é abordado por diferentes disciplinas. Outra forma de articulação de conteúdos é através de eixos conceituais que funcionam como eixos integradores.

É em torno de eixos conceituais que os PCNs recomendam que o ensino da língua deve articular-se com os *temas transversais*. Esses temas remetem a questões sociais contemporâneas: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo. Ao trazer esses temas para a sala de aula, o professor possibilita que o aluno: expresse seus pontos de vista sobre questões efetivas; conviva democraticamente com posições ideológicas diferentes das suas; exercite o uso da linguagem articulado às diversas temáticas; desenvolva a capacidade de análise crítica e de reflexão. Enfim, possibilita a participação efetiva e responsável do sujeito-cidadão, levando à transformação da realidade relacionada a esses temas.



Para aprofundar esse assunto, sugerimos a leitura do texto indicado a seguir, que discute a importância de temas transversais e a conexão entre as diferentes áreas do conhecimento “Inter-transdisciplinaridade e transversalidade”, disponível em:

<http://www.inclusao.com.br/projeto-textos-48.htm>

Atividade para ser feita em aula presencial com a coordenação do tutor.

1. Ao longo do curso de Letras/Libras, foi solicitada a vocês a leitura de muitos textos, nas diferentes disciplinas. Pense em sua experiência com a leitura e discuta o seguinte: “a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio” (BRASIL, 1998c, p.19).

2. Entre os conteúdos a serem ensinados, está a prática de análise lingüística, que envolve a reflexão sobre a língua. Pense, e discuta com seus colegas, como se pode fazer reflexão lingüística, no caso de Libras, nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático.

Em grupo: sintetizem suas conclusões por escrito ou em Libras.

Para refletir!

Retome o que já discutimos sobre letramento e hipertexto na unidade II. Depois, leia o texto “Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura”, de Magda Soares (2002) disponível no portal SCielo, e faça uma reflexão sobre a pluralidade de “letramentos” no contexto de Libras.

Em outras palavras, trace um paralelo sobre os múltiplos letramentos que a autora aponta existirem nas línguas como o português, que já têm um sistema gráfico consolidado, e Libras, que ainda não tem um sistema gráfico consolidado. Como se dá o desenvolvimento das habilidades de letramento de um usuário de Libras na cibercultura?

Tópico 9: *A prática pedagógica*

Fonte: <http://www.parabolaeditorial.com.br/fotoirande2.jpg>



Vários lingüistas e educadores têm se preocupado com a questão do ensino da língua a partir das propostas dos PCNs. A professora Irandé Antunes, em seu livro *Aula de português: encontro & interação* (São Paulo:



Parábola, 2004), salienta que o processo pedagógico envolve uma reflexão permanente em torno de questões como:

Fonte: <http://www.uems.br/proec/editora/imagens/livros/Aula%20de%20portugues.jpg>

- *concepções*: O que é a linguagem? O que é uma língua?
- *objetivos*: Para que ensinamos? Com que finalidade?
- *procedimentos*: Como ensinamos?
- *resultados*: O que temos conseguido?

Essas questões orientam as ações educativas no sentido de ampliar a competência sociocomunicativa dos alunos. A Profa. Irandé formula uma série de princípios que devem ser observados no ensino das habilidades lingüísticas, que apresentamos a seguir.



Fonte: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2005/fotos-ju286online/ju286pg11b.jpg

A LEITURA



(1) *A leitura é parte da interação verbal escrita, enquanto implica a participação cooperativa do leitor na interpretação e na reconstrução do sentido e das intenções pretendidas pelo autor.*

(2) *A leitura é uma atividade de acesso ao conhecimento produzido, ao prazer estético e, ainda, uma atividade de acesso às especificidades da escrita.*

Fonte: <http://www.jf-ameixoeira.pt/bia/ler.jpg>

(3) *A leitura envolve diferentes processos e estratégias de realização na dependência de diferentes condições do texto lido e das funções pretendidas com a leitura.*

(4) *A leitura depende não apenas do contexto lingüístico do texto, mas também do contexto extralingüístico de sua produção e circulação.*

(Antunes, 2003, p. 66-84)



Um trabalho bastante interessante, que traz contribuições para o professor de língua materna, é o da professora Maria de Lourdes Meirelles Matencio, autora do livro *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Ela chama a atenção para a relação entre a sociabilização e o letramento: “o acesso à palavra escrita é cultural e dependente do valor associado às práticas de leitura e escrita ao longo da sociabilização dos falantes” (p.43).

A autora relata uma pesquisa sobre leitura e produção de sentido, envolvendo questões do tipo: Como professores e alunos, pais e filhos se posicionam em relação ao texto escrito e à leitura? Há uma transposição da leitura do texto para a leitura do mundo e vice-versa? A partir da leitura, ao atribuir sentido ao que lê, o aluno é levado a reconstruir as informações com base em seu conhecimento prévio? A reelaborar o conhecimento prévio adicionando as novas informações? Os pais são leitores? De que tipo de textos? Qual é o lugar do texto escrito na comunidade? Qual é o impacto da escrita na comunidade? De que modo isso vai influenciar o desempenho dos estudantes? Como a experiência prévia dos aprendizes vai influenciar?

Os resultados mostram que o sucesso de desempenho escolar está diretamente relacionado ao valor social atribuído às práticas de leitura e escrita dentro e fora da escola. Por exemplo: os pais vêem a escrita e a leitura como caminho para o sucesso profissional dos



Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/Multimídias/Capa/00028239.jpg>

filhos; os pais têm o hábito de ler histórias para o filho e dialogam sobre elas, etc. Isso reforça a idéia de que o indivíduo não pode ser visto excluído de seu processo histórico e cultural ao longo de sua socialização.

Dado o papel social da escola de formar sujeitos-cidadãos, espera-se que ela oportunize aos alunos uma rica convivência com a diversidade de textos que caracterizam as práticas sociais, tais como: notícias, editoriais, reportagens, entrevistas,



Fonte: http://www.ca.ufsc.br/biblioteca/sug_leitura.jpg

cartas, textos publicitários, verbetes de dicionário e verbetes enciclopédicos, artigos de divulgação científica, poesias, contos, romances, etc.

É importante que se trabalhe com os alunos no sentido de reconhecer recursos expressivos que permeiam os diferentes textos: os efeitos de sentido de uma frase lida em um *outdoor*, as

entrelinhas de um texto publicitário, as ambigüidades intencionais, as metáforas, e assim por diante.

No que diz respeito particularmente ao texto literário, o professor deve ter em mente que esse tipo de texto se caracteriza pela expressão da subjetividade do autor, instaurando um tipo de mediação de sentidos entre o sujeito e o mundo que não passa necessariamente pela observação factual.

Por sua especificidade, o texto literário apresenta uma linguagem a serviço da estética, por isso muitas vezes rompe com padrões gramaticais estabelecidos. Nesse sentido, a leitura por prazer, para perceber a representação simbólica e o valor estético da obra deve ser estimulada. O mesmo se diga de outras instâncias de uso expressivo da linguagem, como o teatro e o cinema.



Fonte: http://www.alb.com.br/ensaaios/img/002_cordel.jpg

Sugestão de leitura:

Leia, nos PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998b, p. 69 a 74), a seção intitulada “Leitura de textos escritos”. Essa seção começa assim:

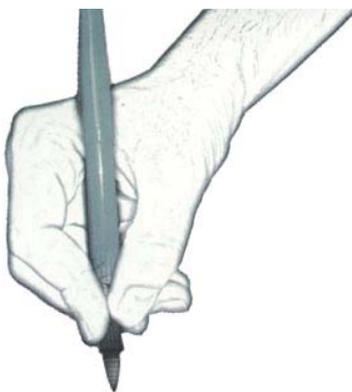
“A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas. (...)”

Para refletir!

Nas páginas dos PCNs indicadas acima, você vai encontrar informações para responder às seguintes questões:

- a) O que é um leitor competente?
- b) Os diferentes tipos/gêneros textuais requerem diferentes tipos de leitura?
- c) É possível formar leitores? Como?

A ESCRITA



Quanto à evolução da produção escrita, é possível traçar, grosso modo, a seguinte trajetória: a partir de rabiscos aleatórios seguidos de rabiscos significativos, o aprendiz começa a interpretar letras como desenhos, a diferenciar palavras, a relacioná-las com a fala, para então passar a perceber que as palavras não refletem diretamente a fala – é o entendimento da escrita como representação simbólica. A partir daí, a situação de interlocução fica mais evidente:

a escrita é percebida como mecanismo de registro e transmissão de informações deslocadas do contexto situacional imediato; constrói-se uma imagem dos interlocutores e desenvolve-se a noção de mudança de perspectiva (o colocar-se no lugar do outro); valoriza-se o papel da revisão (cf. princípios descritos anteriormente). Leia mais sobre isso no texto de Magda Soares: A reinvenção da alfabetização, disponível em <http://www.meb.org.br/biblioteca/artigomagdasoares>.

Fonte: <http://www.parabolaeditorial.com.br/itande.jpg>

Para o **ensino da escrita**, a professora Irândé Antunes apresenta os seguintes princípios:



- (1) *A escrita, como toda atividade interativa, implica uma relação cooperativa entre duas ou mais pessoas.*
- (2) *A escrita, na diversidade de seus usos, cumpre funções comunicativas socialmente específicas e relevantes.*
- (3) *A escrita varia, na sua forma, em decorrência das diferenças de função que propõe cumprir e, conseqüentemente, em decorrência dos diferentes gêneros em que se realiza.*
- (4) *A escrita supõe condições de produção e recepção diferentes daquelas atribuídas à fala.*
- (5) *A escrita compreende etapas distintas e integradas de realização (planejamento, operação, revisão e reescritura), as quais implicam da parte de quem escreve uma série de decisões.*
- (6) *A escrita, enquanto sistema de codificação, é regida por convenções gráficas, oficialmente impostas.*

(Antunes, 2003, p. 44-66)

O princípio 4 é o que diz respeito às etapas de realização da escrita. O planejamento envolve:

- delimitação do tema;
- definição dos objetivos;
- escolha do gênero/tipo de texto;
- delimitação dos critérios de ordenação das idéias;
- previsão das condições dos leitores e a forma lingüística (mais formal ou menos formal) que o texto deve assumir.

Fonte: http://www.pequenoartista.com.br/pedroelisa/img/elisa_escrevendo.gif



A *operação* é a etapa da escrita propriamente dita, de registro do que foi planejado. Em geral, os seguintes cuidados devem ser tomados:

- quanto à organização: verificar se as partes do texto estão articuladas entre si e ao todo de maneira clara e coerente;

Fonte <http://www.iep.uminho.pt/aac/lic/te/ate04/WQpi/wqcamoniana/IMAGES/escrevendo.gif>



- quanto ao encadeamento de idéias: observar se há continuidade (retomada de elementos no decorrer do texto) e progressão temática (sem circularidade ou redundâncias inexpressivas);
- quanto ao uso de recursos coesivos: atentar para o uso de elementos anafóricos não-ambíguos (como pronomes, por exemplo), e articuladores apropriados (como conjunções, por exemplo); observar ainda a correlação de tempos e modos verbais;
- quanto ao estabelecimento de relações semânticas: observar a ausência de contradições entre palavras, frases e parágrafos
- quanto à argumentação: selecionar os argumentos e organizá-los de modo consistente, em função do ponto de vista adotado, revelando espírito crítico, e sem apresentar noções generalizantes, indeterminadas ou vagas.

A *revisão* e a reescritura consistem na análise do que foi escrito em conformidade com o planejamento.

Sugestões de leitura:

Os dois primeiros textos são voltados para a formação docente e tratam do ensino da leitura e/ou escrita. Os dois últimos são mais específicos.

PEREIRA, Rony F. Teoria lingüística e prática de escrita no Ensino Fundamental. Disponível em:

<http://gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/1372.pdf>

NOVAES, Norma B. Formação docente: a prática reflexiva no ensino de leitura e produção textual. Disponível em:

http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/norma_formacaodocenteensinodeleituraeproducao.pdf

CONCEIÇÃO, Rute I. S. Da redação escolar ao discurso: um caminho a (re)construir. Disponível em:

http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v3n2/H_Conceicao.pdf

SILVA, Ivani R.; CHEFFER, Rosana. A construção de histórias por alunos surdos. Disponível em:

<http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=112>

Fonte http://cajondesastre.juegos.free.fr/Images/puzzle_gramatica.gif

A GRAMÁTICA

São os seguintes os princípios que devem nortear o ensino da **gramática**:



- (1) *A gramática compreende o conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua.*
- (2) *A gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas falam, ouvem, lêem e escrevem nas práticas sociais de uso da língua.*
- (3) *A gramática reflete as diversidades geográficas, sociais e de registro da língua.*
- (4) *A gramática existe em função da compreensão e da produção de textos orais e escritos.*
- (5) *A gramática da língua deve ser objeto de uma descrição rigorosa e consistente.*
- (6) *Existem regras e descrições gramaticais que particularizam o uso da norma padrão da língua ou o uso lingüístico do grupo de prestígio da sociedade.*

(Antunes, 2003, p. 85-99)

As regras gramaticais que mais nos interessam, no caso do ensino da língua portuguesa, são aquelas que descrevem a variedade padrão ou norma culta da língua. As regras gramaticais recobrem os diferentes níveis lingüísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico-pragmático. Vale lembrar, aqui, o que discutimos sobre variedade padrão na unidade II desta disciplina.

Vimos que as línguas são heterogêneas, portanto sujeitas à variação e mudança. Vimos também que a língua portuguesa é constituída de muitas variedades. Essas variedades têm a ver com fatores como: origem geográfica do indivíduo; nível sócio-econômico; nível de formalidade da situação comunicativa. As diferenças também têm a ver com a modalidade oral ou escrita. Muitas vezes as diferenças

lingüísticas percebidas na fala de brasileiros são tão grandes que parece estarmos diante de duas línguas diferentes.

Fonte http://www.inventario.ufba.br/05/img05/o_que_foi_que_eu_fiz.jpg



As diferenças que mencionamos acima ficam mais evidentes entre falantes da zona rural e da zona urbana, ou entre falantes de nível sócio-econômico baixo e com pouca ou nenhuma escolaridade, e aqueles de nível mais alto, tanto na escala social como no grau de escolaridade. Não é à toa que muitos estudiosos dessas questões dizem que a língua portuguesa ensinada na escola, que é a variedade padrão, de prestígio, é como uma língua estrangeira para muitos indivíduos que utilizam uma variedade não-padrão do português. Outros falam em “bidialetalismo”, ou seja, falantes de dialeto não-padrão aprendem o dialeto padrão para dele fazer uso nas situações em que é requerido.

Face ao que discutimos acima, podemos nos perguntar: como a escola vai ensinar a língua materna?

Consideremos que a criança entra na fase escolar (1^a. série) aos 6 anos de idade. Se for uma criança ouvinte, ela já adquiriu a língua materna, no caso o português, na sua comunidade de interação (pais, familiares, amigos, vizinhos, etc). Como já vimos, não existe “a língua portuguesa” (como se fosse única e uniforme), mas existem “várias línguas portuguesas”, em razão de diferenças dialetais de natureza geográfica ou social, ou mesmo em razão de diferenças contextuais (grau de formalidade) ou ainda devido a mudanças que a língua sofre ao longo do tempo. Ao chegar na escola a criança traz como bagagem lingüística a variedade da língua portuguesa que ela adquiriu no seu ambiente de interação. Como proceder então?



Fonte http://www.livre.escolabr.com/ferramentas/wq/user_image/skiqnt565254.gif

O ideal seria trazer para a sala de aula diferentes realidades lingüísticas transformando-a num laboratório de pesquisa que contemplasse o máximo possível de variedades sociolingüísticas. E, nesse contexto, enfatizar a noção de “diferença

lingüística” (em contraposição à “deficiência lingüística” e a “erro”) combatendo-se, desde cedo, o preconceito lingüístico.

Fonte <http://www.faac.unesp.br/pesquisa/ges/album/curso3.jpg>

Nessa perspectiva, o conhecimento sobre a língua começa a se sistematizar, num processo contínuo ao longo dos anos, tomando a própria língua, em suas variedades distintas, como objeto de análise e reflexão. A “norma culta” ganha seu real espaço, não como sinônimo de “língua” ou de “gramática”, mas



como uso sistemático da língua pelo(s) grupo(s) social(is) urbano(s) plenamente escolarizado e em contato sistemático com a cultura escrita.

Para refletir!

1. Se a criança que ingressa na escola for surda: Traz a LIBRAS de seu ambiente familiar de interação? Domina totalmente a língua de sinais? Como chega à escola? Como fica a questão da escolha da variedade de língua a ser ensinada na escola?

Sugestões de leitura:

1. Os textos indicados a seguir são entrevistas com dois lingüistas brasileiros: *Sírio Possenti* e *Leda Tfouni*, publicadas na revista *Letra Magna*. Leia-os procurando identificar qual é o pensamento dos autores sobre o ensino de gramática.

<http://www.letramagna.com/siriopossenti.htm>

<http://www.letramagna.com/ledatfouni.htm>

A ORALIDADE

Numa concepção de língua como prática social, tanto a oralidade como a leitura e a escrita apresentam a mesma dimensão interacional. Por isso, para a oralidade

valem os mesmos princípios gerais já apresentados para a leitura e para a escrita (cf. Antunes 2003).

Resumidamente, a escuta/fala e a leitura/escritura:

Fonte <http://www.fe.ufg.br/historiaoral/imagens/errantes.jpg>



(1) são modalidades de interação verbal e supõem uma participação cooperativa dos interlocutores, de modo que temos, de um lado, as intenções pretendidas pelo falante/escritor, e, de outro, a reconstrução do sentido e a interpretação pelo ouvinte/leitor;

(2) estão sujeitas a diferentes condições de produção, que envolvem os papéis sociais dos interlocutores e suas intenções (quem diz o quê, para quem, quando e onde);

(3) na diversidade de seus usos, cumprem funções comunicativas socialmente específicas e relevantes;

(4) dependem do contexto lingüístico e extralingüístico.

Em termos de prática pedagógica, um bom ponto de partida para o desenvolvimento das reflexões sobre a língua e seu funcionamento deveria ser a língua oral, ou aquela que o aluno traz de casa. A língua escrita deveria ser o ponto de chegada. Reveja o que dissemos sobre o contínuo *escuta > fala > leitura > escritura* apresentado na unidade II.



Fonte <http://www.ucm.es/info/especulo/numero31/memopal1.jpg>

1. Leia o texto de Andréa Ramal “Linguagem oral – usos e formas: uma abordagem a partir da educação de jovens e adultos”.

http://www.instructionaldesign.com.br/artigos/linguagem%20oral_usos_e_formas.pdf

O texto trata das seguintes questões, entre outras:

a) de que forma a escola desenvolve a oralidade dos estudantes?

b) até que ponto a disciplina de língua portuguesa equilibra o estímulo da oralidade e o da escrita, duas faces de uma mesma prática social?

c) a escola reconhece a diversidade cultural presente nos grupos de estudantes, que se reflete diretamente no uso que cada um deles faz da língua?

Leia o texto seguindo o roteiro proposto no Caderno de Atividades.

2. Após a leitura, volte aos PCNs de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998b, p.74-75), leia o item “Produção de textos orais”, vá ao fórum de discussão e responda: em que medida, essas sugestões oferecidas para o trabalho com a oralidade podem ser aproveitadas para o ensino de LIBRAS?

Fechando a disciplina

Começamos esta disciplina de Ensino da Língua Materna indagando: *por que aprender uma língua que já sabemos?* E antecipamos, na nossa introdução, que é papel da escola formar *cidadãos letrados*.

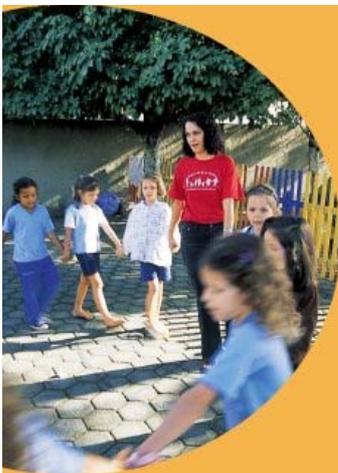
Fonte <http://www.glocal-ce.org/images/globe.gif>

Ao longo do curso, dimensões do trabalho com a linguagem foram enfatizadas, as quais sintetizamos a seguir:



- o processo de aquisição/aprendizagem da linguagem é visto como parte do processo de sociabilização;
- a língua é vista como heterogênea, constituindo-se de variedades regionais, sociais, estilísticas;

Fonte http://novaescola.abril.uol.com.br/ed/146_out01/imagens/projetos5.jpg



- é função da escola ensinar a variedade padrão (norma culta) sem desprestigiar a variedade que o aluno traz de casa;
- o destaque para as habilidades de ouvir/falar, ler/escrever coloca em relevo o contínuo escuta > fala > leitura > escrita;
- as práticas discursivas de leitura e escrita estendem-se para outras disciplinas e para além

da escola – o que nos remete à questão da interdisciplinaridade, do letramento e dos gêneros discursivos;

- as diferentes situações comunicativas propiciam diferentes práticas discursivas que envolvem: os papéis sociais dos interlocutores, o assunto tratado, o gênero/tipo textual envolvido, o estilo mais ou menos formal, etc – o que nos remete à noção de competência sociocomunicativa;
- a integração dos eixos USO e REFLEXÃO aponta para o texto como unidade de ensino da língua e para o estudo da gramática no texto;
- a gramática de que se fala aqui é a gramática da língua em funcionamento.

Considerando o processo de ensino-aprendizagem da língua materna ao longo dos anos de escolarização, podemos delinear o quadro abaixo. O aluno vai se tornando mais *letrado* à medida que vai se desenvolvendo como:

- **bidialetal**

acrescentando, ao seu repertório lingüístico, o dialeto padrão;

- **bimodal**

somando, ao domínio das formas de expressão oral/gestual, também as formas de expressão escrita;

- **leitor competente**

capaz de decodificar sinais escritos, compreendê-los e interpretá-los adequadamente;

- **falante/sinalizador/escrevente com “competência sociocomunicativa”**

capaz de adequar sua linguagem às diferentes situações de interlocução.

Fonte <http://www.leonardodavinci.com.br/capas/738/8524907738.jpg>

Como leitura final, sugerimos o seguinte texto:

MENDONÇA, Marina C. Língua e ensino: políticas de fechamento. No livro: MUSSALIM, F.; BENTES, A C. (orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras, v. 2 São Paulo: Cortez, 2001.



Bibliografia básica da unidade:

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998c.

CONCEIÇÃO, Rute I. S. Da redação escolar ao discurso: um caminho a (re)construir. Disponível em: http://rle.ucpel.tche.br/php/edicoes/v3n2/H_Conceicao.pdf

MARCUSCHI, L. A. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula.

MATENCIO, Maria de Lourdes M. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1994.

MATOS, F. G. de *Os direitos lingüísticos e pedagógicos dos alfabetizandos*. Disponível em www.sil.org/americas/brasil/PUBLICNS/EDUC/PortLtRt.pdf.

MENDONÇA, Marina C. Língua e ensino: políticas de fechamento. In: Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (orgs.) *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 2, São Paulo: Cortez, 2001.

NICOLAU, M.L.M. Um estudo das potencialidades e habilidades no nível da pré-escolaridade e sua possível interferência na concepção que a criança constrói sobre a escrita. *Rev. Fac. Educ.* vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997.

NOVAES, Norma B. Formação docente: a prática reflexiva no ensino de leitura e produção textual. Disponível em:
http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/norma_formacaodocenteensinodeleituraeproducao.pdf

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

RAMAL, Andréa. *Linguagem oral – usos e formas*. Uma abordagem a partir da educação de jovens e adultos. Disponível em
http://www.instructionaldesign.com.br/artigos/linguagem%20oral_usos_e_formas.pdf

SILVA, Ivani R.; CHEFFER, Rosana. *A construção de histórias por alunos surdos*. Disponível em: <http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=112>

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 Nov 2006. doi: 10.1590/S0101-73302002008100008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

GLOSSÁRIO

Alfabetização	processo de apropriação do sistema alfabético da escrita; ação de ensinar/aprender a ler e escrever.
Cidadania	exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, com participação de todos no sentido de atuar no mundo (desde a escolha de governantes até as atividades cotidianas), com dignidade e responsabilidade, de maneira crítica, competente e transformadora. A formação da cidadania é uma prática constante que envolve, numa atitude de solidariedade e respeito, a luta contra as exclusões, a promoção e a integração de todos na sociedade.
Codificar	processo de conversão de uma mensagem em signos/símbolos/sinais adequados à transmissão por determinado meio/canal. Mais especificamente: formulação de enunciados de acordo com as regras de uma língua, tomada como código.
Código	sistema de signos/símbolos/sinais organizados e convencionalizados de tal modo que possibilitem a construção e transmissão de mensagens (Houaiss). Essa convenção se dá através de uma espécie de acordo prévio entre os indivíduos, com normas baseadas na experiência comum.
Competência	conhecimento que um falante/sinalizante tem de sua língua. A competência lingüística ou gramatical corresponde ao conhecimento da gramática de uma língua, isto é, do sistema de regras interiorizado pelos falantes, que lhes permite produzir, interpretar e reconhecer sentenças. (Nível relevante: o sintático) A competência sociocomunicativa corresponde ao conhecimento do conjunto de regras e convenções que governam o uso da língua numa sociedade, isto é, à capacidade de manter a interação social, mediante a produção e compreensão de textos que funcionam comunicativamente. (Nível relevante: o discursivo-pragmático)
Decodificar	processo de decifração e compreensão de uma mensagem codificada, ou seja, transmitida através de símbolos/signos/sinais.
Gramática	a) conhecimento que o falante tem de sua língua; b) conjunto de recursos lingüísticos usados na produção de textos em diferentes contextos sociais.
Identidade lingüística	constituição do indivíduo junto a outros indivíduos à medida que interagem socialmente através da linguagem; a linguagem é uma marca de identificação de um grupo.
Interdisciplinariedade	interação entre duas ou mais disciplinas no tratamento de um mesmo tema.
Letramento	é um conjunto de práticas sociais ligadas ao uso da escrita. O grau de letramento de um indivíduo depende do grau de familiaridade e convívio que ele tem com os textos escritos em seu meio.

Língua como atividade social	conjunto de usos concretos que envolvem um locutor e um interlocutor interagindo num espaço e tempo determinados.
Língua materna	é a língua que as pessoas adquirem naturalmente quando expostas, desde cedo (primeiros meses de idade), a relações dialógicas em contextos informais do dia-a-dia. A aquisição da língua materna é uma forma de inserção cultural e de socialização.
Norma lingüística	Conjunto de usos lingüísticos e atitudes (valores) comuns a determinados grupos sociais, que funciona como um fator de identificação de cada grupo. Ex.: a norma culta é uma variedade da língua portuguesa que corresponde aos usos e atitudes da classe social de prestígio.
Preconceito lingüístico	postura de discriminação e exclusão daqueles que usam uma variedade lingüística não-padrão, especialmente quando as formas são estigmatizadas, ou seja, consideradas "erradas".
Texto	expressão oral, escrita ou sinalizada de idéias concatenadas que formem um todo significativo; qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos/símbolos/sinais.